

*Companhia de
Saneamento
Ambiental do Distrito
Federal – CAESB*

Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de junho de 2026

Conteúdo:

Balanços patrimoniais	3
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	10

Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	5	402.515	388.522
Contas a receber, líquidas	6	464.155	473.239
Estoques	7	61.722	62.768
Tributos a recuperar	8	1.039	1.067
Despesas antecipadas		1.693	1.925
Partes relacionadas	32	-	117.564
Ativo não circulante para alienação	9	-	-
Outras contas a receber	10	49.879	26.518
Total do ativo circulante		981.003	1.071.603
Contas a receber, líquidas	6	71.583	77.735
Contribuição social diferida	12	30.691	25.975
Despesas antecipadas		26	422
Partes relacionadas	32	31.371	41.484
Ativos financeiros - concessões	14	-	-
Ativos de contratos	13	61.584	59.435
Outros valores a receber	11	26.783	18.563
Total do realizável a longo prazo		222.038	223.614
Investimentos	14	23.147	19.783
Intangível	16	106.164	105.397
Imobilizado	15	3.588.150	3.478.759
Total do ativo não circulante		3.939.499	3.827.553
Total do ativo		4.920.502	4.899.156

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Continuação

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores e outras contas a pagar	17	178.772	292.918
Obrigações fiscais	20	47.468	51.003
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	21	151.886	97.367
Empréstimos e financiamentos	18	56.340	59.348
Arrendamento mercantil	19	26.423	18.174
Instrumentos financeiros derivativos	4	75.647	40.358
Partes relacionadas	32	17.344	30.273
Benefícios a empregados	22	106.352	199.414
Total do passivo circulante		660.232	788.855
Fornecedores e outras contas a pagar	17	369.472	353.232
Empréstimos e financiamentos	18	570.929	604.305
Arrendamento mercantil	19	51.508	39.807
Partes relacionadas	32	9.989	13.011
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	23	274.459	278.633
Benefícios a empregados	22	259.377	272.257
Total do passivo não circulante		1.535.734	1.561.245
Total do passivo		2.195.966	2.350.100
Capital social	24	2.176.397	2.176.397
Reservas de lucros	24	393.172	393.172
Adiantamento para futuro aumento de capital	24	63.360	63.360
Ajuste de avaliação patrimonial	24	(84.023)	(83.873)
Lucros (prejuízos) acumulados	24	175.630	-
Total do patrimônio líquido		2.724.536	2.549.056
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.920.502	4.899.156

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2º TRIM 2026	2º TRIM 2025	1º SEM 2026	1º SEM 2025
Receitas Operacional Líquida	25	662.821	624.846	1.265.793	1.198.126
Custo dos serviços prestados	26	(372.043)	(325.297)	(717.157)	(605.706)
Lucro bruto		290.778	299.549	548.636	592.420
Despesas comerciais e de vendas	27	(67.235)	(68.301)	(122.418)	(151.332)
Despesas administrativas e gerais	28	(103.339)	(92.628)	(197.637)	(166.506)
Despesas tributárias	29	(4.534)	(3.482)	(6.111)	(3.485)
Outras receitas/despesas operacionais	30	(1.561)	(9.711)	15.320	(24.285)
Resultado de equivalência patrimonial		2.035	2.223	3.364	3.451
Resultado operacional		116.144	127.650	241.154	250.263
Receita Financeira	31	107.742	62.024	166.840	136.686
Despesa Financeira	31	(129.268)	(75.627)	(213.520)	(115.595)
Resultado financeiro		(21.526)	(13.603)	(46.680)	21.091
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		94.618	114.047	194.474	271.354
Contribuição social – corrente	11	(10.350)	(5.533)	(23.560)	(10.164)
Contribuição social – diferida	11	745	(4.374)	4.716	(13.687)
Contribuição social		(9.605)	(9.907)	(18.844)	(23.851)
Resultado do período		85.013	104.140	175.630	247.503

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	2º TRI 2026	2º TRI 2025	1º SEM 2026	1º SEM 2025
Resultado do exercício	85.013	104.140	175.630	247.503
Outros Resultados Abrangentes	(139)	(2.877)	(150)	(3.776)
Perdas em remensurações de planos de benefícios definidos	(139)	(2.877)	(150)	(3.776)
Efeitos fiscais em planos de benefícios definidos	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	84.874	101.263	175.480	243.727

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social integralizado	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
				Reserva para aumento de capital	Reserva legal			
Saldo em 1º de janeiro de 2025		2.074.069	108.137	102.252	51.946	-	(88.163)	2.248.241
Resultado do exercício		-	-	-	-	247.503	-	247.503
Destinação do resultado:								
Constituição de reserva para aumento de capital	24.3	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	24.2	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	24.5	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	24.4	-	-	-	-	-	(3.776)	(3.776)
Saldo em 30 de junho de 2025		2.074.069	108.137	102.252	51.946	247.503	(91.939)	2.41.968
Saldo em 1º de janeiro de 2026		2.176.397	63.360	321.509	71.663	-	(83.873)	2.549.056
Resultado do exercício		-	-	-	-	175.630	-	175.630
Destinação do resultado:								
Constituição de reserva para aumento de capital	24.3	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	24.2	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	24.5	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	24.4	-	-	-	-	-	(150)	(150)
Saldo em 30 de junho de 2026		2.176.397	63.360	321.509	71.663	175.630	(84.023)	2.724.536

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do período		175.630	247.503
Ajuste por:			
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - contas a receber de clientes		31.064	81.100
Variações monetárias sobre contas a receber		(9.043)	(6.758)
Perdas de créditos prescritos		866	380
Provisão de atualização Programa de Desligamento Voluntário		(1.158)	(93.673)
Provisão concessão de serviços		1.460	(295)
Resultado da equivalência patrimonial		(3.364)	(3.451)
Contribuição social diferida		(4.716)	13.687
Depreciações e amortizações		72.699	54.057
Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis		53	1.712
Ajuste a valor presente de ativos imobilizados e intangíveis		17.402	(2.210)
Juros e variações monetárias sobre empreiteiros, fornecedores e outras contas a pagar		418	587
Juros sobre obrigações fiscais		1	14
Juros e variações monetárias sobre benefícios a empregados		9.710	10.429
Provisão de demandas judiciais		(4.175)	8.276
Provisão de benefícios previdenciários		242	(10)
Instrumentos financeiros derivativos - Swap Cambial		81.063	64.065
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos		17.768	23.475
Variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos		(38.589)	(95.318)
Resultado ajustado		347.331	303.570
Variações em:			
Contas a receber de clientes	6	(3.691)	(84.192)
Estoques	7	1.046	(344)
Tributos a recuperar	8	28	884
Contribuição social diferida	12	-	-
Outras contas a receber	10	90.649	(21.611)
Despesas antecipadas		628	(2.238)
Outros valores a receber	11	1.488	(3.334)
Fornecedores e outras contas a pagar	17	(115.735)	(10.807)
Obrigações fiscais	20	(3.536)	(2.816)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	21	54.519	42.025
Benefícios a empregados	22	(114.885)	(11.671)
Total das variações de ativos e passivos		(89.489)	(94.104)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		257.842	209.466

Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Continuação

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de intangíveis	16	(8.736)	(23.573)
Ativos de contrato	13	(3.154)	(79.226)
Aquisições de imobilizado	15	(190.571)	(16.854)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimentos		(202.461)	(119.653)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captações de empréstimos e financiamentos	18	56.346	(9.764)
Amortização de empréstimos e financiamentos	18	(80.071)	(42.683)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	18	(17.663)	(22.696)
Dividendos autorizados	24.6	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	24.5	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		(41.388)	(75.143)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		13.993	14.670
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	388.522	404.767
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	402.515	419.437
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		13.993	75.143

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Distrito Federal (GDF), foi constituída em 08 de abril de 1969. Seu objeto social compreende a prestação de serviços públicos de saneamento básico, incluindo abastecimento de água e esgotamento sanitário, além de atividades relacionadas à gestão de resíduos sólidos, podendo também atuar em outros países. A partir da aprovação da Lei nº 7.629 de 20 de dezembro de 2024 foi permitida a ampliação do objeto social da CAESB passando a incluir também em seu escopo a geração e comercialização de energia elétrica e gás.

Desde 2006, a CAESB opera sob o Contrato de Concessão de Serviço Público de Saneamento nº 001/2006, firmado entre a Companhia e a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA. Esse contrato regula a exploração do serviço público de saneamento básico, serviço este constituído pelo abastecimento de água e pelo esgotamento sanitário.

Com a promulgação da Lei nº 7.629 de 20 de dezembro de 2024, ficou estabelecida a prestação direta do serviço público de saneamento básico, de titularidade do Distrito Federal, por meio da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB). Esta Lei revogou a Lei Distrital nº 2.954, de 22 de abril de 2002, que definia um prazo de concessão para a CAESB, considerando que o Decreto Lei nº 524, de 8 de abril de 1969, que criou a Companhia, estabelece seu funcionamento por prazo indeterminado.

Nesse contexto, o Contrato nº 001/2006 foi alterado, via aditivo, para adequá-lo às novas condições de prestação direta dos serviços, tornando inaplicáveis as cláusulas referentes a prazos, intervenção e extinção da concessão, bem como sobre a reversão dos ativos. As alterações efetuadas no contrato não impactarão a prestação dos serviços, uma vez que as condições, obrigações e prerrogativas definidas permaneceram inalteradas.

Além disso, a regulação da prestação dos serviços, exercida pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal permanece inalterada conforme a Lei Distrital nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008, que dispõe sobre as competências da Agência.

A Companhia possui reconhecida a imunidade tributária recíproca, dada sua condição de Sociedade de Economia Mista de capital fechado, majoritariamente controlada pelo Governo do Distrito Federal – GDF e prestadora de serviços públicos em regime de monopólio.

Em linha com as melhores práticas de governança e sustentabilidade, a CAESB iniciou em 2025 a implementação de seu planejamento estratégico para o período de 2025 a 2029, com foco no desenvolvimento de suas práticas ESG (Environmental, Social and Governance). Atualmente em fase de execução, o planejamento estratégico foi elaborado com base no alinhamento das estratégias aos princípios ambientais, sociais e de governança, reforçando o compromisso da Companhia com práticas de sustentabilidade, ética e responsabilidade social. Espera-se que até 2029 a Companhia evolua na maturidade ESG do nível 2 para o nível 5, com a implementação das ações transversais à temática distribuídas nos objetivos estratégicos. Enquanto, para o exercício de 2026, é esperado que a Companhia esteja apta a apresentar seu relatório financeiro de sustentabilidade de acordo com as IFRS's publicadas.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade com o Manual de Contabilidade Regulatório da ADASA e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Considerando que o Manual de Contabilidade Regulatória converge com as normas internacionais de contabilidade, a Companhia optou por apresentar apenas um conjunto de demonstrações financeiras capaz de atender às finalidades regulatória e societária.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi aprovada e autorizada pela Administração, representada pela Diretoria Colegiada da Companhia, em 19 de agosto de 2026, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, conforme requisitos contábeis aplicáveis.

A Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias estão devidamente evidenciadas, e refletem fidedignamente os registros, julgamentos e estimativas utilizados pela Administração.

2.2 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real (R\$) e todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de forma diversa.

2.3 Base de Mensuração e Apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do passivo líquido de benefício definido que é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação de benefício definido. Outros ativos e passivos que requerem mensurações diferenciadas são tratados de acordo com suas normas específicas.

2.4 Reclassificação de saldos da DRE

Em conformidade com o CPC 23/IAS 8 a Companhia procedeu a reclassificação de algumas receitas oriundas do faturamento para o exercício de 2026, afetando a coluna comparativa da DRE, referente ao período anterior. Os valores registrados anteriormente como “outras receitas e despesas operacionais” e “receita financeira”, provenientes do faturamento, foram realocados em “receita operacional líquida”.

Conforme demonstrado no quadro de conciliação abaixo, as reclassificações alteraram exclusivamente as linhas internas da DRE relativas ao período comparativo de 2025. Não houve qualquer impacto sobre o Lucro Líquido do período, sobre o Fluxo de Caixa ou sobre o Patrimônio Líquido da Companhia.

Grupo afetado	Saldos originais		Valores reclassificados		Saldos reapresentados	
	2º TRI 2025	1º SEM 2025	2º TRI 2025	1º SEM 2025	2º TRI 2025	1º SEM 2025
Receita operacional líquida	607.098	1.164.171	17.748	33.955	624.846	1.198.126
Outras receitas/despesas operacionais	(5.310)	(15.190)	(4.401)	(9.095)	(9.711)	(24.285)
Receita Financeira	75.371	161.546	(13.347)	(24.860)	62.024	136.686
Resultado	677.159	1.310.527	-	-	677.159	1.310.527

3 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis e julgamentos utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras Intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2026 são consistentes com aqueles utilizados para preparar as demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

As demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2026 foram preparadas tomando-se por base as disposições do CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e da norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Desta forma, estas demonstrações financeiras intermediárias consideram OCPC 07 (R1), o qual permite que as entidades apresentem notas explicativas selecionadas, nos casos de redundância de informações já divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais. As informações trimestrais de 30 de junho de 2026, portanto, não incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas para as demonstrações financeiras anuais e, consequentemente, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2025.

Portanto, nestas demonstrações financeiras intermediárias as notas explicativas a seguir não são apresentadas ou não estão no mesmo grau de detalhamento e/ou com as mesmas referências das notas integrantes das demonstrações financeiras anuais.

4 Gestão de riscos e instrumentos financeiros

4.1 Gestão de Risco Financeiro

A Companhia está exposta a riscos financeiros, os quais são administrados ou mitigados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações. A gestão do risco financeiro é um processo contínuo que envolve todas as áreas da Companhia, incluindo os Conselhos de Administração e Fiscal, Comitês e Diretoria Colegiada. A Companhia mantém atualizada sua Política de Gestão de Riscos Financeiros (PL.GEF-002), a qual estabelece diretrizes, atribuições e parâmetros para sua gestão, conforme descritos nesta nota explicativa.

a. Risco de negócio

O negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários no Distrito Federal e no município de Águas Lindas de Goiás. No Distrito Federal, em decorrência da promulgação da Lei nº 7.629, de 20 de dezembro de 2024, a prestação dos serviços públicos de saneamento básico passou a ser realizada de forma direta pela Companhia, por prazo indeterminado. Assim, os ativos vinculados à prestação dos serviços no Distrito Federal são reconhecidos como ativo imobilizado, conforme a NBC TG 27 (CPC 27) – Ativo Imobilizado, sendo mensurados ao custo histórico, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. Tais ativos são depreciados ao longo de suas vidas úteis estimadas, considerando seu padrão de consumo de benefícios econômicos ou potencial de serviços.

Por outro lado, permanecem sujeitos a regime contratual de concessão os ativos vinculados ao Consórcio Águas Lindas. Para esses ativos, a Companhia aplica os critérios estabelecidos pela ICPC 01 (R1), que dispõe sobre a contabilização de contratos de concessão de serviços públicos.

b. Risco de crédito

É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, que acarretaria prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, depósitos em bancos e outros instrumentos financeiros.

A Companhia tem esses riscos minimizados em decorrência da pulverização de seus clientes e da diversificação de seus agentes arrecadadores.

b.1 Recebíveis

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, aos controles e às políticas estabelecidos pela Companhia, que possui autonomia para realizar cobranças administrativas e judiciais em caso de inadimplência.

Parte substancial das vendas é pulverizada entre muitos clientes segmentados nas categorias de consumo: residencial normal, residencial popular, tarifa irrigação, comercial, pública e industrial, o que minimiza o risco de crédito, além de procedimentos de controle.

As perdas esperadas associadas aos créditos de liquidação duvidosa estariam adequadamente cobertas pelas provisões constituídas para fazer frente a eventuais perdas em sua realização, com base na categorização dos clientes e análise do histórico de perdas para atender ao modelo de perdas incorridas e esperadas conforme CPC 48. Para que a provisão reflita as eventuais perdas estimadas, é feita análise da carteira de clientes de formas individual e coletiva. A análise individual corresponde à carteira de crédito para cada usuário, e a análise coletiva corresponde a um conjunto de devedores segmentados em grupos com características comuns. Os critérios de análise são vários, e entre eles são observados o histórico de inadimplência, o atraso de pagamento, localização geográfica do usuário, tipo de pagamento contratado e a situação do abastecimento e outras.

b.2 Aplicações financeiras

O risco está relacionado à possibilidade de computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo, em razão de eventual insolvência das contrapartes.

Em 30 de junho de 2026 os ativos relativos às aplicações financeiras de liquidez imediata à disposição da Companhia totalizam R\$ 379.152 (R\$ 366.211 em 31 de dezembro de 2025), distribuídos conforme tabela abaixo:

	30/06/2026	31/12/2025
BRB – Banco de Brasília S/A	17.675	223.929
Banco do Brasil S/A	335.751	115.983
Caixa Econômica Federal – CEF	6.997	8.790
Banco Itaú Unibanco	18.729	17.509
Total	379.152	366.211

c. Risco de taxa de juros

Ocorre quando o valor justo dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros flutua devido às variações nas taxas de juros de mercado. Relaciona-se com a possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros, que ocasionaria um aumento nas despesas financeiras, em decorrência das posições passivas dos contratos atrelados a taxas de juros flutuantes.

A exposição ao risco de mercado está, primordialmente, vinculada a obrigações de longo prazo passíveis de variações nas taxas de juros e nos índices de atualização monetária.

Simulações de diversos cenários, tais como refinanciamentos, liquidações antecipadas, renovações de posições existentes, trocas de dívidas e financiamentos são utilizadas para definir novas contratações ou renegociar as já existentes.

Em 30 de junho de 2026, os passivos relativos a empréstimos, financiamentos e outras contas a pagar com risco de taxa de juros totalizam R\$ 141.739 (R\$ 124.703 em 31 de dezembro de 2025), sendo no circulante R\$ 26.183 e no não circulante R\$ 115.556, captados a taxas variáveis de juros e índices de atualização monetária (IPCA, TR e INPC).

Índice de indexação	30/06/2026	31/12/2025
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)	19.586	10.387
Taxa de Referência (TR)	15.178	-
Total de empréstimos e financiamentos	34.764	10.387
Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)	106.975	114.316
Total de outras contas a pagar	106.975	114.316
Total	141.739	124.703

A falta de correlação direta entre os índices de atualização monetária de seus passivos e das contas a receber também representa um risco para a Companhia, uma vez que os reajustes de tarifa de fornecimento de água e esgotamento sanitário não necessariamente acompanham os aumentos das taxas de juros que afetam as dívidas.

A Companhia acompanha, anualmente, com a ADASA as ações de reajustamento da tarifa, que visam à recuperação das perdas com a inflação. A cada quatro anos, essa mesma Agência Reguladora realiza a revisão tarifária, com o intuito de identificar os investimentos realizados, calcular sua remuneração e ajustar os cálculos dos custos operacionais.

Análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros

A análise de sensibilidade apresentada tem como objetivo demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros atrelados a taxas pós-fixadas, calculados com base em uma taxa projetada para o período de 12 (doze) meses após 30 de junho de 2026. Além disso, busca mensurar o impacto de possíveis mudanças nas variáveis de mercado, considerando todos os demais indicadores constantes, de forma a avaliar os efeitos potenciais sobre os resultados financeiros da companhia.

Para efeito da análise, no entanto, tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Tais valores, quando de sua liquidação, poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

2026															
Cenários de taxas de juros															
Cenário provável					Cenário possível (+25%)					Cenário remoto (+50%)					
TR	IPCA	INPC	SOFR	JUROS BID	TR	IPCA	INPC	SOFR	JUROS BID	TR	IPCA	INPC	SOFR	JUROS BID	
2,03%	4,64%	4,33%	3,70%	4,17%	2,54%	5,80%	5,41%	4,62%	5,21%	3,05%	6,96%	6,49%	5,54%	6,26%	

(*) SOFR: Juros Contrato BID 3168/OC-BR.

(*) Juros BID: Juros Contrato BID 1288/OC-BR.

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras, inclusive futuros desembolsos. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo ou, ainda, ao valor presente desses ativos e passivos.

Descrição	Indexador	Exposição (saldo devedor)	Provável (juros a incorrer)	+25% (juros a incorrer)	+50% (juros a incorrer)
Passivos					
Financiamentos	IPCA	19.586	4.269	4.428	4.586
Financiamentos	TR	15.178	18.298	18.310	18.322
Financiamentos	JUROS BID	-	-	-	-
Financiamentos	SOFR	581.796	30.406	35.069	39.732
Dívida FUNDIÁGUA	INPC	106.975	2.588	3.235	3.882
Efeitos no resultado		723.535	55.561	61.042	66.522

d. Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras.

Visando mitigar esses riscos, a Companhia contratou 02 (duas) instituições financeiras para realizar operações de crédito (hedge), sem caráter especulativo, utilizando os recursos provenientes do financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), contrato nº 3168/OC-BR. As informações dessa operação estão destacadas na nota 4.2.

e. Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende, principalmente, do caixa gerado pelas atividades operacionais, de empréstimos de instituições financeiras e de financiamentos nos mercados locais e internacionais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos para assegurar a disponibilidade de caixa para atender às suas despesas de capital e operacionais.

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio do fluxo de caixa projetado, ferramenta de planejamento de liquidez que analisa e projeta as entradas e as saídas de recursos.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou com perda do valor recuperável pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

4.2 Instrumentos financeiros e derivativos

Em conformidade com a Política de Gestão de Riscos, a Companhia realizou uma operação de derivativo (Swap Cambial) relacionada ao Contrato de Empréstimo nº 3168 OC/BR, em dólares americanos (moeda USD), firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esta estratégia de hedge foi implementada com o objetivo de proteger a Companhia contra flutuações adversas na taxa de câmbio, proporcionando maior previsibilidade e estabilidade financeira.

A proposta de operação de swap cambial (derivativo), que converte dólares para reais, foi realizada sobre o saldo devedor no montante de USD 125.289.690,48, com vencimento em 15/06/2039. Os encargos financeiros mudaram de "SOFR + 1,20% a.a." para "CDI +/- X%", sendo distribuídos em três tranches:

1ª Tranche: Em 28 de janeiro de 2025, a Companhia concluiu uma operação de swap cambial no valor de USD 42.000.000,00 com o Banco Itaú Unibanco S.A. A taxa da operação foi CDI - 0,13% (CDI menos zero vírgula treze por cento), com o dólar de conversão cotado a R\$ 5,90. Valor da Operação em Reais: R\$ 247.800.000,00.

2ª Tranche: Em 27 de fevereiro de 2025, a Companhia concluiu uma operação de swap cambial no valor de USD 42.000.000,00 com o Banco BTG Pactual S.A. A taxa da operação foi CDI - 0,01% (CDI menos zero vírgula zero um por cento), com o dólar de conversão cotado a R\$ 5,8360. Valor da Operação em Reais: R\$ 245.112.000,00.

3ª Tranche: Em 24 de março de 2025, a Companhia concluiu uma operação de swap cambial no valor de USD 41.289.690,48 com o Banco Itaú Unibanco S.A. A taxa da operação foi CDI + 0,10% (CDI mais zero vírgula dez por cento), com o dólar de conversão cotado a R\$ 5,7374. Valor da Operação em Reais: R\$ 236.895.470,16

A Companhia não aplica a política contábil de “*hedge accounting*” para esses contratos, mensurando ao valor justo por meio do resultado, apresentando os efeitos desse instrumento financeiro derivativo no resultado financeiro. A dívida referente ao contrato nº 3168/OC-BR está detalhada na nota explicativa nº 18.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia possui 03 (três) contratos de Swap (Dólar +SOFR para Real + CDI), conforme demonstrado a seguir:

Instrumentos Financeiros derivativos – Contratos de Swap

Agente Financeiro	Data do início da Operação	Vencimento da Operação	Valor – Dólar	Valor Justo da Posição Ativa (em R\$)	Valor Justo da Posição Passiva (Em R\$)	Ganho (perda) (Em R\$)
Banco Itaú	28/01/2025	15/06/2039	5,9000	223.446.442,08	195.318.392,32	(28.128.049,76)
Banco BTG	27/02/2025	15/06/2039	5,8360	221.033.572,54	195.133.605,80	(25.899.966,74)
Banco Itaú	24/03/2025	15/06/2039	5,7374	213.633.989,99	192.015.141,99	(21.618.757,00)
Total				658.113.913,61	582.467.140,11	(75.646.773,50)

4.3 Classificação de risco (rating)

Em 03 de setembro de 2025, a Agência Moody’s Local Brasil publicou relatório no qual atribuiu o Rating de Emissor ‘AAA.br’ à CAESB, com perspectiva estável.

De acordo com a Moody’s, o rating de emissor atribuído à CAESB reflete sua demanda resiliente, com geração de fluxo de caixa estável e previsível, e sua atuação em região forte economicamente. Adicionalmente, reflete a forte liquidez da Companhia suportada por uma posição de caixa robusta, um fluxo de caixa gerado nas operações (“FFO”) acima de R\$ 500 milhões ao ano nos últimos períodos e um cronograma de amortização alongado.

O rating também incorpora a expectativa da Moody’s Local Brasil de que a CAESB realizará novas captações para seu programa de investimentos, com foco no combate a perdas (cerca de 32% ao final de 2024), ampliação da rede de coleta de esgotos e na manutenção da segurança hídrica do Distrito Federal. No entanto, a CAESB possui uma flexibilidade de investimentos maior que a de seus pares setoriais, dada sua alta cobertura de água (99%) e esgoto (95%), visando as metas impostas pelo Novo Marco Regulatório de Saneamento.

4.4 Risco de redução ao valor recuperável (impairment)

A Companhia está exposta ao risco de que determinados ativos registrados no ativo não circulante, especialmente aqueles classificados no ativo imobilizado e, quando aplicável, no ativo intangível, não sejam integralmente recuperáveis por meio de seu uso contínuo nas operações ou por eventual alienação. Nessas circunstâncias, pode ser necessário o reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável (“impairment”), em conformidade com o disposto no CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Os ativos mais relevantes sujeitos a esse tipo de risco incluem, principalmente, a infraestrutura operacional vinculada aos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água, aos sistemas de coleta e tratamento de esgoto, bem como obras em andamento e demais ativos utilizados na prestação dos serviços públicos sob responsabilidade da Companhia. Adicionalmente, podem estar sujeitos a essa avaliação eventuais ativos intangíveis relacionados a contratos ou direitos regulatórios, quando existentes.

A mitigação desse risco é apoiada por práticas de planejamento estratégico e orçamentário de longo prazo, revisões periódicas das condições tarifárias e contratuais, programas contínuos de manutenção e modernização da infraestrutura, além do acompanhamento permanente da sustentabilidade econômico-financeira das operações. Todas estas ações estão inseridas em norma interna de verificação de impairment que está em fase de elaboração pela Companhia.

4.5 Risco Regulatório

A Companhia está exposta a riscos regulatórios inerentes à prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. As atividades da Companhia dependem da manutenção do arcabouço institucional aplicável, das diretrizes do poder público e das decisões da agência reguladora, especialmente no que se refere aos processos de reajuste e revisão tarifária, padrões de qualidade e metas de investimento.

Embora os contratos e instrumentos que disciplinam a prestação dos serviços sejam, em geral, de longo prazo, existe o risco de alterações nas condições regulatórias ou operacionais que possam afetar o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, sua geração de caixa e sua capacidade de execução de investimentos.

Adicionalmente, fatores como disponibilidade hídrica, eventos climáticos, variações de custos de insumos e energia, exigências ambientais e cumprimento de metas setoriais podem impactar o desempenho operacional.

A Administração mitiga esses riscos por meio de planejamento estratégico de longo prazo, acompanhamento contínuo dos indicadores operacionais e financeiros, manutenção e modernização da infraestrutura, além de monitoramento permanente do ambiente regulatório.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e Bancos (a)	23.363	22.311
Aplicação financeira de liquidez imediata (b)	379.152	366.211
Total	402.515	388.522

(a) Consistem em numerários em poder dos bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata à disposição da Companhia, com possibilidade de resgate automático e que apresentam risco insignificante de mudança de valor.

(b) Aplicações financeiras de liquidez imediata à disposição da Companhia, com carteiras compostas, isolada ou cumulativamente, por Títulos Públicos Federais, indexados ao CDI/SELIC e/ou pré-fixados ou por operações compromissadas lastreadas por Títulos Públicos Federais. Possuem rentabilidade média de 100,1 do CDI (98,8% do CDI em 2025). A análise de sensibilidade desses ativos é apresentada na nota explicativa nº 4 - gestão de riscos, na qual consta o detalhamento por instituição financeira.

6 Contas a receber

	30/06/2026	31/12/2025
Cientes		
Contas a receber de clientes	1.528.913	1.537.555
Contas a receber de partes relacionadas (Nota Explicativa 32)	34.525	21.116
Subtotal contas a receber (a)	1.563.438	1.558.671
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (b)	(1.067.874)	(1.038.857)
Subtotal	495.564	519.814
Demais contas a receber		
Pagamentos de clientes a reconhecer (c)	(7.538)	(14.198)
Títulos Precatórios a receber – GDF	31.984	29.935
Clientes consórcio Águas Lindas (Nota Explicativa 35)	31.231	29.000
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (b)	(15.503)	(13.577)
Subtotal	40.174	31.160
Total de contas a receber, líquidas	535.738	550.974
Circulante	464.155	473.239
Não circulante	71.583	77.735

(a) Composição das contas a receber bruto de clientes, por faixa de dias vencidos e por categoria de usuários:

	30/06/2026	31/12/2025
Contas a receber - bruto de clientes – Circulante	1.521.594	1.508.184
Contas a receber - bruto de clientes - Não Circulante	41.844	50.487
Total do contas a receber - bruto de clientes	1.563.438	1.558.671

	A	A		< 30	31 a	91 a	181 a	> 365	
Categoria	A faturar	vencer	Parceladas	dias	90 dias	180 dias	365 dias	dias	2026
Residencial	70.399	116.074	98.969	48.123	52.514	51.031	82.916	663.898	1.183.924
Comercial	24.495	31.860	20.030	11.831	12.173	11.512	18.513	184.656	315.070
Industrial	1.046	961	391	226	216	293	426	5.842	9.401
Pública	32.779	537	1	5.460	745	8.558	1.351	5.612	55.043
30/06/2026	128.719	149.432	119.391	65.640	65.648	71.394	103.206	860.008	1.563.438
31/12/2025	141.496	151.237	127.569	82.478	73.683	60.372	95.921	826.315	1.558.671

Os valores registrados no não circulante decorrem de operações de renegociação de dívidas (parcelamentos), com prazo superior a 12 meses; atualmente o procedimento interno – PO.COM.CAC-005, prevê o parcelamento de débitos em até 24 parcelas, para os parcelamentos em condições normais de negociação. Nos casos de parcelamentos especiais podem ser autorizadas reduções nos juros de mora e/ou redução nos juros de parcelamento para possibilitar uma negociação viável, bem como extensão da quantidade de parcelas, quando o caso se demonstra complexo em razão do volume elevado de débitos ou

pela quantidade de contas acumuladas. Todos os parcelamentos executados por meio judicial possuem características especiais e, em sua maioria prazos superiores a 12 parcelas.

- (b) A Companhia registra suas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa por meio do valor provável de realização, conforme detalhado no procedimento interno (PO.COM.CAC-008) e ainda considerando:

Os valores complementares, com base na categorização dos clientes e análise do histórico de perdas para atender ao modelo de perdas incorridas e esperadas estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 48. Para que seja constituída provisão para fazer face às eventuais perdas estimadas, é feita análise da carteira de clientes de forma individual e coletiva. A análise individual corresponde à carteira de crédito para cada usuário e a análise coletiva corresponde a um conjunto de devedores segmentados em grupos com características comuns. Os critérios de análise para definição do percentual de provisionamento são vários, entre eles, observa-se o histórico de inadimplência e o atraso de pagamento, localização geográfica do usuário, tipo de pagamento contratado, situação do abastecimento etc. A Companhia adota a premissa de não fazer provisão para perdas em relação aos órgãos do GDF (administração direta), para os créditos não prescritos e que tenham expectativas de recebimento, haja vista tratar-se de parte relacionada controladora e devido ao seu histórico de pagamentos e existência de instrumento de compensação de débitos, conforme destacado na nota explicativa 18.1 (a).

A movimentação na provisão para perdas de contas a receber de clientes da Companhia foi a seguinte:

	30/06/2026			31/12/2025		
	CAESB	Consórcio	Total	CAESB	Consórcio	Total
Saldo no início do exercício	1.038.857	13.577	1.052.434	988.059	9.384	997.443
Adição	112.986	2.829	115.815	280.053	4.948	285.001
Reversão/baixa	(83.969)	(903)	(84.872)	(229.255)	(755)	(230.010)
Saldo no final do exercício	1.067.874	15.503	1.803.377	1.038.857	13.577	1.052.434

- (c) A rubrica “Pagamentos de clientes a reconhecer” é apresentada como conta redutora do ativo, uma vez que a sua natureza decorre dos valores de arrecadações recebidas, mas com diferenças a maior, a menor ou em duplicidade.

7 Estoques

Os estoques de materiais são destinados ao consumo. O estoque está demonstrado pelo custo médio de aquisição, conforme apresentado abaixo:

	30/06/2026	31/12/2025
Material de operação, manutenção e obras	59.202	60.960
Materiais administrativos	236	179
Reserva técnica	1.353	927
Material de operação, manutenção e obras – Consórcios	931	702
Total	61.722	62.768

A movimentação dos estoques no primeiro semestre do exercício de 2026 foi a seguinte:

	30/06/2026	31/12/2025
Estoque inicial	62.768	45.227
(+) Aquisições	51.915	131.388
(-) Requisições líquidas	(52.961)	(113.847)
Estoque final	61.722	62.768

8 Tributos a recuperar

A Companhia possui créditos tributários decorrentes de valores retidos pelos órgãos públicos e de valores pagos a maior, que poderão ser compensados em apurações futuras. Em 30 de junho de 2026 a composição dos créditos a recuperar era a seguinte:

	30/06/2026	31/12/2025
Imposto de Renda e Contribuição Social	331	190
ISS	-	1
INSS (a)	708	875
Tributos Federais – PERDCOMP	-	1
Total	1.039	1.067

(a) Valores referentes aos créditos tributários decorrentes de pagamentos à maior de encargos de Folha (eSOCIAL), passíveis de restituição pelo Fisco, mediante pedidos já protocolados. A redução no primeiro semestre do exercício de 2026 foi proveniente das restituições recebidas.

9 Ativo não circulante mantido para alienação

Os ativos cuja expectativa de alienação deva ocorrer dentro dos doze meses seguintes à data das demonstrações financeiras estão registrados nesse grupo. Em 30 de junho de 2026 o valor dos bens e direitos integrantes de um conjunto de instalações desativadas, destinados à alienação era a seguinte:

Descrição	31/12/2025	Adições	Transferências	30/06/2026
Equipamentos em geral	-	1	(1)	-
	-	1	(1)	-

10 Outras contas a receber

	30/06/2026	31/12/2025
Antecipações e pagamentos reembolsáveis a empregados (a)	42.312	21.771
Pessoal cedido a receber (b)	257	298
Ressarcimento transferência de ativos (c)	965	2.312
Créditos diversos (d)	6.345	2.137
Total	49.879	26.518

- (a) Refere-se aos adiantamentos a empregados referentes a férias, 13º salário, débitos de ex-funcionários e outros.
(b) Refere-se aos valores a receber de pessoal cedido cujo ônus da remuneração ficou a cargo dos órgãos cessionários.
(c) Valor oriundo do TTA (Termo de Transferência de Ativos e Avenças), firmado com a ENEL Distribuição Goiás referente a construção da Linha de Transmissão e da subestação seccionadora para atender a ETA Corumbá;
(d) Refere-se a valores a receber de empregados e empresas originários de acordos e/ou processos judiciais e outros. A variação decorre de acordo celebrado com a empresa KROMA Comercializadora de Energia Ltda, referente a multa de rescisão contratual.

11 Outros valores a receber – não circulante

	30/06/2026	31/12/2025
Aplicações financeiras vinculadas (a)	3.863	3.261
Depósitos e bloqueios judiciais (b)	8.400	9.435
Devedores diversos (c)	14.520	5.867
Total	26.783	18.563

- a) As aplicações financeiras referem-se às cauções contratuais de fornecedores, que estão aplicadas em poupança.
- b) Os depósitos e os bloqueios judiciais referem-se aos valores depositados em juízo ou bloqueados e transferidos à disposição da justiça, os quais são atualizados monetariamente e para os quais ainda não houve levantamento pela Companhia ou pela parte contrária na ação judicial.
- c) O valor em 2025 refere-se à garantia de execução financeira na modalidade de CDB caucionado, referente ao Contrato com empresa comercializadora de Energia. Em 2026 houve a rescisão do contrato, devolução da caução para a Caesb e contabilização de acordo de multa rescisória, que compõe o valor de 14.520, além de outros valores a receber de devedores diversos.

A movimentação dos depósitos judiciais no primeiro semestre dos exercícios de 2026 e 2025 está demonstrada a seguir:

	30/06/2026			31/12/2025		
	Cível	Trabalhista	Total	Cível	Trabalhista	Total
Saldo no início do exercício	1.632	7.803	9.435	1.522	6.917	8.439
Novos depósitos e bloqueios judiciais	84	14	98	475	865	1.340
Reversão (Levantamento de Alvará)	(3)	(1.161)	(1.164)	(371)	(520)	(891)
Atualização monetária	56	277	333	121	550	671
Compensação com demandas judiciais	(302)	-	(302)	(115)	(9)	(124)
Saldo no final do exercício	1.467	6.933	8.400	1.632	7.803	9.435

12 Contribuição social - Diferida e corrente

A despesa com contribuição social é composta pelos valores correntes e diferidos, reconhecidos de acordo com a legislação tributária vigente e com base nos critérios estabelecidos pelo CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

A Companhia registra ativos e passivos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, na medida em que seja provável sua realização futura, considerando projeções de lucros tributáveis e estudos técnicos de recuperabilidade.

A Companhia possui créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias, cuja composição e natureza são demonstradas a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025	Varição no resultado do exercício	Varição no patrimônio líquido
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa de clientes	18.289	18.705	(416)	-
Provisão para demandas judiciais	24.701	25.077	(376)	-
Base negativa	-	-	-	-
Déficit atuarial - CPC 33	1.395	1.373	22	-
Outros	7.843	996	6.847	-
Total do ativo diferido	52.228	46.151	6.077	-
Diferenças temporárias sobre depreciação/amortização	(21.537)	(20.176)	(1.361)	-
Total do passivo diferido	(21.537)	(20.176)	(1.361)	-
Total do ativo diferido líquido	30.691	25.975	4.716	-

A conciliação entre o lucro contábil e a despesa de contribuição social no primeiro semestre dos exercícios de 2026 e 2025 está demonstrada abaixo:

Contribuição social

	30/06/2026	31/03/2025
Lucro antes dos impostos	94.618	157.305
Alíquota nominal	9%	9%
Despesa esperada a taxa nominal	(8.516)	14.157
Diferenças permanentes	(19.879)	(28.962)
Compensação base negativa de contribuição social	-	(22.051)
Base de cálculo	74.739	106.293
Contribuição social - 9%	(6.726)	(9.566)
Contribuição social sobre diferenças temporárias	(3.624)	4.936
Contribuição social corrente (a)	(10.350)	(4.631)

a) No valor de 30 de junho de 2026, consta o total de R\$ 93 referente à valores não homologados pela Receita Federal e pagos posteriormente.

13 Ativos de Contrato

Em razão da Lei nº 7.629, de 20 de dezembro de 2024, a Companhia passou a operar, como regra, na condição de prestadora direta dos serviços públicos de saneamento básico no Distrito Federal. Com isso, os ativos de infraestrutura utilizados na prestação dos serviços não são mais enquadrados como ativos de concessão, deixando de se sujeitar ao tratamento previsto na ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, salvo na exceção relativa à participação de 50% na concessão do Município de Águas Lindas, que permanece sujeita ao modelo contábil específico por continuar regida por contrato formal de concessão.

Dessa forma, somente os investimentos vinculados à concessão de Águas Lindas, durante sua fase de construção, continuam a ser reconhecidos como Ativo de Contrato, nos termos do CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente e da ICPC 01 (R1), sendo posteriormente reclassificados para Ativo Intangível quando colocados em operação e disponíveis para uso.

Para todos os demais ativos de infraestrutura relacionados à prestação direta no Distrito Federal, os investimentos em obras e melhorias são registrados diretamente no Imobilizado, conforme sua natureza, não havendo aplicação do modelo de concessão.

Apresentamos abaixo a movimentação do grupo:

Descrição	31/12/2025	Adições	Capitalização de juros	Transferências	Saldo em 30/06/2026
Obras do Sistema de Abastecimento de Água	53.477	215	-	(566)	53.126
Obras do Sistema de Esgotamento Sanitário	5.958	2.939	-	(439)	8.458
	59.435	3.154	-	(1.005)	61.584

O saldo do ativos de contrato é composto por contratos de obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água, de Coleta e Tratamento de Esgotos e Automação das Unidades Operacionais na região de Águas Lindas de Goiás.

14 Investimentos

30/06/2026

Descrição	Participação	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) exercício coligadas	Saldo contábil do investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Corumbá Concessões S.A.	6,1364%	377.059	54.828	23.138	3.364
Companhia do Metropolitano do Distrito Federal	0,0007%	1.380.259	(91.586)	9	-
				23.147	3.364

31/12/2025

Descrição	Participação	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) exercício coligadas	Saldo contábil do investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Corumbá Concessões S.A.	6,1364%	322.231	(135.830)	19.774	(8.335)
Companhia do Metropolitano do Distrito Federal	0,0007%	1.471.845	103.370	9	-
				19.783	(8.335)

15 Imobilizado

a. Composição

Natureza	30/06/2026			31/12/2025		
	Custo	Depreciação acumulada	Total líquido	Custo	Depreciação acumulada	Total líquido
Terrenos	30.621	(11)	30.610	30.621	-	30.621
Edificações	73.220	(27.172)	46.048	69.338	(26.799)	42.539
Instalações	12.020	(7.364)	4.656	11.285	(6.951)	4.334
Computadores e periféricos	49.939	(33.466)	16.473	47.149	(30.736)	16.413
Móveis e utensílios de escritório	17.056	(12.276)	4.780	16.517	(12.117)	4.400
Máquinas e equipamentos	95.139	(54.741)	40.398	91.648	(51.592)	40.056
Veículos	20.746	(13.508)	7.238	20.747	(13.071)	7.676
Aparelhos de som/áudio/comunicação	1.722	(992)	730	1.722	(945)	777
Aparelhos e utensílios domésticos e de refrigeração	5.586	(3.451)	2.135	5.582	(3.305)	2.277
Instrumentos de medição e precisão	26.044	(16.492)	9.552	25.096	(15.547)	9.549
Sistema de Abastecimento de Água	2.534.253	(712.970)	1.821.283	2.315.877	(688.345)	1.627.532
Sistema de Esgotamento Sanitário	1.723.541	(577.996)	1.145.545	1.712.835	(562.250)	1.150.585
Projetos e obras em andamento (a)	387.819	-	387.819	491.059	-	491.059
Ativos de direito de uso	109.262	(38.495)	70.767	77.092	(26.276)	50.816
Outros	395	(279)	116	395	(270)	125
Total	5.087.363	(1.499.213)	3.588.150	4.916.963	(1.438.204)	3.478.759

b. Movimentação

Natureza	Saldo em 31/12/2025	Adições	Baixas e alienações	Transferências	Depreciação	Saldo em 30/06/2026
Terrenos	30.621	-	(11)	-	-	30.610
Edificações	42.539	(211)	-	4.094	(374)	46.048
Instalações	4.334	258	-	476	(412)	4.656
Computadores e periféricos	16.413	2.790	-	-	(2.730)	16.473
Móveis e utensílios de escritório	4.400	717	(13)	-	(324)	4.780
Máquinas e equipamentos	40.056	683	-	2.808	(3.149)	40.398
Veículos	7.676	-	-	-	(438)	7.238
Aparelhos de som/áudio/comunicação	777	-	-	-	(47)	730
Aparelhos e utensílios domésticos e de refrigeração	2.277	4	-	-	(146)	2.135
Instrumentos de medição e precisão	9.549	848	-	100	(945)	9.552
Sistema de Abastecimento de Água	1.627.532	1.011	(9)	219.952	(27.203)	1.821.283
Sistema de Esgotamento Sanitário	1.150.585	1.181	-	9.526	(15.747)	1.145.545
Projetos e obras em andamento (a)	491.059	133.716	-	(236.956)	-	387.819
Ativos de direito de uso	50.816	49.572	-	-	(29.621)	70.767
Outros	125	-	-	-	(9)	116
Total	3.478.759	190.569	(33)	-	(81.145)	3.588.150

- (a) O saldo de projetos e obras em andamento é composto por contratos de obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água, de Coleta e Tratamento de Esgotos e Automação das Unidades Operacionais em todo o Distrito Federal e entorno. No primeiro semestre do exercício de 2026, foram capitalizados juros e demais encargos financeiros incorridos sobre os recursos de terceiros, no montante de R\$ 1.485 (R\$ 2.997 em 2025).

16 Intangível

a. Composição

Natureza	30/06/2026			31/12/2025		
	Custo	Amortização acumulada	Total líquido	Custo	Amortização acumulada	Total líquido
Em operação						
- Sistemas de abastecimento de água	29.237	(7.786)	21.451	28.051	(7.483)	20.568
- Sistemas de esgotamento sanitário	62.844	(15.338)	47.506	61.050	(14.296)	46.754
- Equipamentos operacionais	10	(6)	4	-	-	-
Outros Ativos						
Ativos de Arrendamento	10.422	(2.877)	7.545	10.422	(2.877)	7.545
Sistemas, aplicativos e <i>softwares</i>	73.579	(43.921)	29.658	66.828	(36.298)	30.530
Total	176.092	(69.928)	106.164	166.351	(60.954)	105.397

b. Movimentação

Natureza	Saldo em 31/12/2025	Adições	Baixas e alienações	Transferências	Amortização	Saldo em 30/06/2026
Em operação						
- Sistemas de abastecimento de água	20.568	620	-	566	(303)	21.451
- Sistemas de esgotamento sanitário	46.754	1.355	-	439	(1.042)	47.506
- Equipamentos operacionais	-	10	-	-	(6)	4
Outros Ativos						
Ativos de Arrendamento	7.545	-	-	-	-	7.545
Sistemas, aplicativos e <i>softwares</i>	30.530	6.751	-	-	(7.623)	29.658
Total	105.397	8.736	-	1.005	(8.974)	106.164

Contratos de Concessão (Consórcio CAESB x SANEAGO)

A infraestrutura utilizada pela Companhia relacionada aos contratos de concessão está no alcance do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão - quando: (I) o município (concedente) controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer, a quem deve fornecê-los e a que preço; (II) o município (concedente) controla a infraestrutura, ou seja, detém qualquer participação residual na infraestrutura ao final da concessão ou a infraestrutura é utilizada no acordo durante toda a sua vida útil; (III) os direitos da Companhia sobre a infraestrutura operada decorrem de contratos, sendo essa infraestrutura construída ou adquirida com o objetivo de prestação do serviço; (IV) a Companhia tem direito de receber caixa ou outro ativo financeiro em caso de término, retomada e/ou não renovação do contrato; (V) a Companhia tem o direito contratual de cobrar os usuários dos serviços públicos.

Os ativos do município de Águas Lindas de Goiás são registrados como intangível – bens afetos à concessão, uma vez que o município tem o direito de cobrar pelo uso destes ativos e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade principal de pagar pelos seus serviços.

O valor justo (reconhecimento inicial) de construção e outros trabalhos na infraestrutura representa o custo do ativo intangível, desde que se espere que estes trabalhos gerem benefícios econômicos futuros. O marco do Saneamento Básico do Brasil (Lei nº 11.445/2007, alterada pela Lei nº 14.026/2020) indica, em seu art. 29, que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada por meio de remuneração pela cobrança dos serviços, sendo preferencialmente na forma de tarifas. Desta forma, os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo original do contrato, são mantidos como ativos intangíveis e amortizados pela vida útil do ativo, considerando a expectativa e o histórico da Companhia de continuar renovando seus contratos.

Arrendamento Mercantil

A Companhia aplicou os requisitos do CPC 06 (R2)/IFRS 16 a partir do exercício de 2019 e identificou a presença de arrendamento nos contratos de locação de veículos, imóveis e faixas de servidão, nos quais o controle de uso do ativo está em poder da arrendatária.

A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis, ajustados a valor presente, utilizando-se a taxa da última captação realizada pela Companhia. As obrigações decorrentes destes contratos estão demonstradas na nota explicativa nº 19.

O prazo do arrendamento foi definido com observância aos normativos internos e à legislação aplicável às licitações e contratos. Assim, em que pese o fato de os contratos não possuírem prorrogação automática, o prazo do arrendamento tomou por base a intenção da Companhia em manter o contrato mediante a realização de aditivos, sempre limitado ao prazo máximo legal de 60 meses.

Em 30 de junho de 2026, o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento Mercantil registrado no Ativo Imobilizado e Intangível está demonstrado a seguir:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Custo	Amortização acumulada	Total líquido	Custo	Amortização acumulada	Total líquido
Veículos	98.506	(31.575)	66.931	66.579	(19.809)	46.770
Imóveis	10.756	(6.920)	3.836	10.513	(6.467)	4.046
Faixas de servidão	10.422	(2.878)	7.544	10.422	(2.878)	7.544
Totais de Arrendamento Mercantil	119.684	(41.373)	78.311	87.514	(29.154)	58.360
Imobilizado	109.262	(38.495)	70.767	77.092	(26.276)	50.816
Intangível	10.422	(2.878)	7.544	10.422	(2.878)	7.544

17 Fornecedores e outras contas a pagar

	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores de Bens e Materiais	21.932	35.331
Prestadores de Serviço	85.782	78.783
Empreiteiros	21.426	23.922
Cauções/Retenções Contratuais	3.398	2.851
Consignações a recolher (a)	10.877	384
Dividendos a pagar (b)	-	117.564
Obrigações com clientes (c)	22.721	20.996
Obrigações Judiciais	1.928	3.838
Provisão TFS e TFU	10.708	9.249
Circulante	178.772	292.918
Obrigações especiais (d)	154.097	153.743
Obrigações judiciais (e)	197.062	180.189
Prestadores de serviço	18.313	19.300
Não circulante	369.472	353.232
Total	548.244	646.150

- (a) Variação em função dos pagamentos referentes às consignações a recolher terem sido liquidados dentro do próprio exercício de 2025.
- (b) Variação relevante em função da baixa da obrigação e adiantamentos, após aprovação do Conselho de Administração.

- (c) As obrigações com clientes referem-se ao incentivo à redução do consumo de água no Distrito Federal instituído pela Lei nº 4.341, de 22 de junho de 2009. Segundo a referida Lei, todos os titulares de unidades consumidoras de água, residencial, comercial ou industrial, que reduzirem o consumo de água, terão direito a um bônus desconto de 20% (vinte por cento) sobre a economia realizada. Essa Lei foi disciplinada pela Resolução nº 6, de 5 de julho de 2010 da ADASA. A rubrica também é composta de antecipações e restituições de faturamento.
- (d) A Companhia reconhece nessa rubrica os recursos recebidos a título de repasses da União no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), após pacificação do entendimento, como obrigações Especiais, bem como os valores da tarifa de contingência que ainda não estão vinculados a custos operacionais adicionais eficientes. Essa forma de contabilização visa a atender as necessidades regulatórias da ADASA e dar transparência ao processo. Somente foram considerados como custos adicionais eficientes os valores previamente autorizados em resolução específica.
- (e) Em 26/11/2022 o Supremo Tribunal Federal julgou procedente a ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) 890 garantindo à CAESB que o pagamento de suas dívidas decorrentes de condenações judiciais seja feito por meio do regime dos precatórios. Tais montantes estão sendo registrados no Passivo não circulante da Companhia.

18 Empréstimos e financiamentos

Entidade/Instituição	30/06/2026	31/12/2025
Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal (Nota Explicativa 32)	10.507	-
Banco do Brasil (Nota Explicativa 18.4)	537	387
Banco Itaú (Nota Explicativa 18.3)	51	-
Banco de Desenvolvimento Alemão KfW (moeda estrangeira) (Nota Explicativa 18.2)	92	100
Banco Interamericano de Desenvolvimento (moeda estrangeira) (Nota Explicativa 18.1)	45.153	58.861
Circulante	56.340	59.348
Banco do Brasil (Nota Explicativa 18.4)	19.049	10.000
Banco Itaú (Nota Explicativa 18.3)	15.128	-
Banco Interamericano de Desenvolvimento (moeda estrangeira) (Nota Explicativa 18.1)	536.752	594.305
Não circulante	570.929	604.305
Total	627.269	663.653

Movimentação dos empréstimos e financiamentos referentes ao primeiro semestre do exercício de 2026 e exercício de 2025:

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo no início do exercício	663.653	876.670
(+) Liberações	24.176	13.599
(+) Juros e encargos	17.768	47.886
(+) Variações monetárias e cambiais	(38.589)	(90.222)
(-) Juros, variações e encargos pagos	(17.663)	(48.040)
(-) Amortizações	(22.076)	(136.240)
Saldo no final do exercício	627.269	663.653

Os índices de indexação, a taxa de juros e o prazo de vencimento dos contratos de empréstimos e financiamentos estão evidenciados no quadro abaixo, em 30 de junho de 2026:

Instituição	Qtde. Contrato	Indexador	Taxa nominal % a.a.	Garantia	Ano do vencimento
Banco do Brasil nº 330.701.845	01	IPCA	10,67%	Recursos próprios	2040
Banco Itaú (Santa Luzia)	01	TR	8,00%	Recursos próprios	2035
Banco Itaú (ETE Recanto das Emas)	01	TR	9,00%	Recursos próprios	2035
BID nº 1288/OC-BR	01	Margem BID	4,17%	Fiança	2026
BID nº 3168/OC-BR	01	SOFR+Margem BID	4,90%	Fiança	2039
BID nº 5990/OC-BR	01	SOFR+Margem BID	4,90%	Fiança	2049
KFW nº 30948	01	---	3,28%	Fiança	2039

Demonstramos por faixa de vencimento dos empréstimos e financiamentos:

	30/06/2026	31/12/2025
2026 (a)	58.805	58.621
2027	44.361	67.411
2028	44.993	45.912
2029 em diante	479.110	491.709
Total	627.269	663.653

- (a) No montante referente ao período de janeiro a junho de 2026 consta o valor de 10.507, referente ao financiamento devido e vencido à Secretaria de Estado da Economia, vinculado ao DF, que apesar de estar classificado como dívida vencida, há previsão de compensação com contas de água e esgotos a receber do DF, conforme previsto no Contrato 001/2001-SO/SEFP/DF, sem data pré-determinada para realização.

Demonstrativo por categoria (empréstimos e financiamentos):

Em 30 de junho de 2026, todo o montante do grupo empréstimos e financiamentos é referente aos financiamentos obtidos para investimentos, não havendo valores captados como empréstimos (capital de giro).

18.1 Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

(i) Principais eventos

Em 30 de junho de 2026, estão registrados três contratos de financiamentos.

a. Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR (GDF x BID) intermediado pelo GDF por meio do Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF (GDF x CAESB).

Em 29 de outubro de 2001, a CAESB firmou com o Governo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Obras, o Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF, referente à execução do Subprograma “Aumento da cobertura e melhoria da administração dos serviços de água e esgotos”, integrante do Programa de Saneamento Básico do DF, financiado em parte pelo BID, por intermédio do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR, firmado em 11 de junho de 2001 entre o GDF e o BID.

O Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR possui a República Federativa do Brasil como fiadora da operação de crédito externa.

O período de carência do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR é de 10 (dez) semestres com amortização em 40 (quarenta) parcelas semestrais, e o vencimento da primeira ocorreu em dezembro de 2006 e a última será em junho de 2026.

O Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF estabelece a transferência de recursos financeiros entre a Coexecutora (CAESB) e a Executora (Governo do Distrito Federal).

O ressarcimento financeiro é feito na proporção equivalente às parcelas liberadas pelo BID e transferidas pela Executora (Governo do Distrito Federal) à Coexecutora (CAESB), acrescido na mesma proporcionalidade das parcelas que vierem a ser incorporadas pelo BID ao saldo devedor do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR.

Os riscos cambiais da operação são compartilhados pelo Governo do Distrito Federal e pela CAESB na proporção equivalente às liberações dos recursos à conta do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR, quando do pagamento das despesas com os serviços da dívida do referido contrato de empréstimo (ressarcimento).

O Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF determina à CAESB, quando do ressarcimento ao Distrito Federal de suas parcelas de responsabilidade do serviço da dívida do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR (incluindo principal, juros e outros encargos), identificar os valores de seus créditos relativos a contas de água e esgoto de Órgãos da Administração Direta e Fundacional do Distrito Federal, para efeitos de compensação, não podendo ficar a descoberto saldo a ser ressarcido.

Em 30 de junho de 2026, o saldo registrado no passivo totalizava R\$ 10.507, integralmente referente à obrigação junto ao Distrito Federal, decorrente da não compensação de valores entre o DF e a CAESB. Esse montante encontra-se classificado no passivo circulante.

Adicionalmente, destaca-se que o Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR foi encerrado em 11/06/2026, não restando parcelas a serem quitadas junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

b. Contrato nº 3168/OC - BR

Empréstimo contraído em 24 de outubro de 2014 com o BID, que consiste em reduzir a sobrecarga dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário existentes no Distrito Federal, por meio da melhoria e expansão da rede de água potável e de esgoto sanitário a condomínios e regiões periféricas e do fortalecimento da gestão da Companhia.

O período de carência será de 10 (dez) semestres com amortização em 40 (quarenta) parcelas semestrais, sendo o vencimento da primeira em dezembro de 2019 e a última será em junho de 2039.

A operação de crédito externa possui como fiadora a República Federativa do Brasil e como garantidor o Distrito Federal.

Em 30 de junho de 2026, o passivo totaliza o valor de R\$ 581.796, sendo registrados no circulante R\$ 45.044 e no não circulante R\$ 536.752.

c. Contrato nº 5890/OC - BR

Empréstimo contraído em 26 de dezembro de 2024 com o BID, que consiste em minimizar os impactos socioambientais e contribuir para melhoria da qualidade de vida da população, por meio da ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário da CAESB, com vistas a redução de perdas no sistema de água, redução do consumo de energia e melhoria operacional.

Nos termos deste Contrato, o BID se compromete a conceder à CAESB um empréstimo no montante de até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares). Até 30 de junho de 2026 não houve desembolso.

O período de carência será de 12 (doze) semestres com amortização em 38 (trinta e oito) parcelas semestrais, sendo o vencimento da primeira em junho de 2030 e a última será em junho de 2049. A operação de crédito externa possui como fiadora a República Federativa do Brasil e como garantidor o Distrito Federal.

A taxa de juros incidente sobre os saldos devedores é a “SOFR” (*Secured Overnight Financing*) mais o custo de captação do banco, conforme metodologia e convenções determinadas pelo BID.

Em 30 de junho de 2026, totaliza no passivo o valor de R\$ 109, sendo o valor registrado no circulante, correspondente à comissão de crédito calculada sobre o saldo não desembolsado do empréstimo.

(ii) Cross default

A Companhia não possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de *cross default* com essa instituição financeira.

18.2 Banco de Desenvolvimento Alemão (Kreditanstalt für Wiederaufbau) - KfW

(i) Principais eventos

a. Contrato nº 30948

Empréstimo contraído em 14 de outubro de 2024 com o Banco de Desenvolvimento Alemão KfW, que consiste em promover o aumento da capacidade de tratamento de esgotos, melhoria da eficiência energética em Estações de Tratamento de Esgotos, redução de perdas no Sistema de Abastecimento de Água da CAESB, e redução dos custos com energia elétrica na Companhia, num contexto de proteção do meio ambiente e combate às mudanças climáticas.

Nos termos deste Contrato, o Banco KfW se compromete a conceder à CAESB um empréstimo no montante de até € 50.000.000,00 (cinquenta milhões de euros). Até 30 de junho de 2026 não houve desembolso.

O período de carência será de 5 (cinco) anos, com amortização em 10 (dez) anos, sendo o vencimento da primeira parcela de amortização em novembro de 2029 e a última em novembro de 2039.

A operação de crédito externa possui como garantidor a República Federativa do Brasil e a taxa de juros incidentes sobre os saldos devedores é fixa de 3,28% ao ano.

Em 30 de junho de 2026, totaliza no passivo o valor de R\$ 92, sendo registrados no circulante, correspondente à taxa de compromisso calculada sobre o saldo não desembolsado do empréstimo.

(ii) Cross default

A Companhia não possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de *cross default* com essa instituição financeira.

18.3 Itaú Unibanco S.A.

Principais eventos

Em 30 de junho de 2026, estão registrados dois contratos de financiamento.

a. Contrato Santa Luzia

Contrato de financiamento, assinado em 3 de abril de 2025, para os investimentos previstos no âmbito do Empreendimento contemplando: (i) todos os serviços envolvendo a implantação de infraestrutura de abastecimento de água e esgotamento sanitário, visando à universalização do atendimento à população na localidade de Santa Luzia, Vila Estrutural, no Distrito Federal; e (ii) os serviços de drenagem e pavimentação, com a implantação de uma infraestrutura mínima que garanta o ambiente salubre da população e a conservação da infraestrutura instalada, permitindo a circulação da comunidade e evitando processos erosivos.

Para viabilizar o financiamento do Empreendimento e compor os investimentos previstos, o banco Itaú Unibanco S.A. concederá à CAESB um crédito no valor total de R\$ 75.912, correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) do valor global do investimento, com recursos lastreados no FGTS. Até 30 de setembro de 2025 não houve qualquer desembolso realizado.

O prazo de carência do financiamento será de 24 (vinte e quatro) meses, com término previsto para março de 2027, inclusive.

O valor principal do financiamento concedido pelo banco Itaú Unibanco S.A. para a CAESB será amortizado em 96 (noventa e seis) meses, contados a partir do término do prazo de carência. O primeiro pagamento está previsto para 30 de abril de 2027 e o último para 30 de abril de 2035.

O saldo devedor do financiamento é apurado mensalmente desde a contratação até sua liquidação. Incidem três taxas sobre esse saldo: (i) juros de 5,00% a.a., pagos mensalmente, inclusive durante a carência; (ii) remuneração do agente financeiro de 2,00% a.a., também mensal e contínua; e (iii) risco de crédito de 1,00% a.a., conforme o contrato e o Manual de Fomento do Programa Saneamento para Todos. Todas as taxas são calculadas sobre o saldo devedor e vigem até o pagamento integral do financiamento.

Esta operação de crédito possui cláusula restritiva (*covenant*) que permite ao banco Itaú Unibanco S.A. exigir o vencimento antecipado do contrato, caso a CAESB não mantenha o índice financeiro estabelecido. Especificamente, o banco poderá exercer essa prerrogativa se o índice obtido pela divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA for superior a 3,50x (três inteiros e cinquenta centésimos), conforme previsto nas condições contratuais.

Em 30 de junho de 2026, o passivo totaliza o valor de R\$ 15.178, sendo registrados no circulante R\$ 51 e no não circulante R\$ 15.128.

b. Contrato ETE Recanto das Emas

Contrato de financiamento, assinado em 3 de abril de 2025, para os investimentos previstos no âmbito do Empreendimento contemplando todos os serviços públicos do subeixo esgotamento sanitário, abrangendo adequação do processo de tratamento, incluindo separação de sólidos, tratamento biológico, desidratação do lodo e desinfecção de efluentes, sendo desenvolvidos dentro da área interna da ETE Recanto das Emas, localizada na Área Especial, nº 116, Núcleo Rural Monjolo, Recanto das Emas, Brasília, no Distrito Federal.

Para viabilizar o financiamento do Empreendimento e compor os investimentos previstos, o banco Itaú Unibanco S.A. concederá à CAESB um crédito no valor total de R\$ 184.316, correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) do valor global do investimento, com recursos lastreados no FGTS. Até 30 de setembro de 2025 não houve qualquer desembolso realizado.

O prazo de carência do financiamento será de 36 (trinta e seis) meses, com término previsto para março de 2028, inclusive.

O valor principal do financiamento concedido pelo banco Itaú Unibanco S.A. para a CAESB será amortizado em 84 (oitenta e quatro) meses, contados a partir do término do prazo de carência. O primeiro pagamento está previsto para 30 de abril de 2028 e o último para 30 de abril de 2035.

O saldo devedor do financiamento é apurado mensalmente desde a contratação até sua liquidação. Incidem três taxas sobre esse saldo: (i) juros de 6,00% a.a., pagos mensalmente, inclusive durante a carência; (ii) remuneração do agente financeiro de 2,00% a.a., também mensal e contínua; e (iii) risco de crédito de 1,00% a.a., conforme o contrato e o Manual de Fomento do Programa Saneamento para Todos. Todas as taxas são calculadas sobre o saldo devedor e vigem até o pagamento integral do financiamento.

Esta operação de crédito possui cláusula restritiva (*covenant*) que permite ao banco Itaú Unibanco S.A. exigir o vencimento antecipado do contrato, caso a CAESB não mantenha o índice financeiro estabelecido. Especificamente, o banco poderá exercer essa prerrogativa se o índice obtido pela divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA for superior a 3,50x (três inteiros e cinquenta centésimos), conforme previsto nas condições contratuais.

Até 30 de junho de 2026 não houve desembolso.

Cross default

Os dois contratos de financiamento firmados com o Banco Itaú Unibanco S.A. incluem cláusulas de *cross default*, pelas quais o inadimplemento de dívidas financeiras da Companhia, decretado por outro credor, poderá acarretar o vencimento antecipado desses contratos.

Os indicadores são constantemente monitorados de forma a garantir o cumprimento das condições pactuadas e evitar a execução dessas cláusulas contratuais.

18.4 Banco do Brasil (BB).

Principais eventos

Em 30 de junho de 2026, está registrado um contrato de financiamento.

a. Contrato nº 330.701.845

Contrato de financiamento, assinado em 20 de junho de 2025, que tem como finalidade a aquisição de hidrômetros mecânicos e eletrônicos, com recursos provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). A operação de crédito visa fortalecer a infraestrutura de medição da Companhia, contribuindo para a modernização dos sistemas de controle e a eficiência na gestão do consumo de água.

Para viabilizar o financiamento, o Banco do Brasil concederá à CAESB um crédito no valor total de R\$ 80.000, correspondente a 80% (oitenta por cento) do valor global do investimento, com recursos lastreados no FCO.

O prazo de carência do financiamento será de 60 (sessenta) meses, com término previsto para julho de 2030, inclusive.

O valor principal do financiamento concedido pelo Banco do Brasil para a CAESB será amortizado em 120 (cento e vinte) meses, contados a partir do término do prazo de carência. O primeiro pagamento está previsto para 1º de agosto de 2030 e o último para 1º de julho de 2040.

Nas operações de financiamento com recursos do FCO, o componente prefixado da Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC), a ser aplicado com o Bônus de Adimplência vigente na data da contratação, será calculado por dias úteis, com base na taxa equivalente diária (ano de 252 dias úteis) de 10,673% a.a.

Esta operação de crédito possui cláusula restritiva (*covenant*) que permite ao Banco do Brasil exigir o vencimento antecipado do contrato, caso a CAESB não mantenha o índice financeiro estabelecido. Especificamente, o banco poderá exercer essa prerrogativa se o índice obtido pela divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA for superior a 3,50x (três inteiros e cinquenta centésimos), conforme previsto nas condições contratuais.

Em 30 de junho de 2026, totaliza no passivo o valor de R\$ 19.586 sendo registrados no circulante R\$ 537 e no não circulante R\$ 19.049.

Cross default

A Companhia não possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de *cross default* com essa instituição financeira.

19 Arrendamento Mercantil

Em 30 de junho de 2026 o valor presente das obrigações financeiras futuras mínimas referentes ao Arrendamento Mercantil está demonstrado abaixo:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Pagamentos futuros mínimos	Encargos financeiros	Valor presente dos pagamentos futuros	Pagamentos futuros mínimos	Encargos financeiros	Valor presente dos pagamentos futuros
Veículos	99.324	(32.393)	66.931	61.742	(14.972)	46.770
Imóveis	4.427	(591)	3.836	4.656	(610)	4.046
Faixas de servidão	10.766	(3.602)	7.164	10.766	(3.601)	7.165
Total de Arrendamento Mercantil	114.517	(36.586)	77.931	77.164	(19.183)	57.981
Circulante	29.337	(2.914)	26.423	19.624	(1.450)	18.174
Não Circulante	85.180	(33.672)	51.508	57.540	(17.733)	39.807

20 Obrigações fiscais

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
PASEP a recolher	1.503	1.313
COFINS a recolher	6.935	6.059
CSLL a recolher	9.971	6.838
INSS a recolher	14.084	15.910
Imposto de Renda Retido na Fonte	9.177	16.864
Substituição tributária COFINS/CSLL/PASEP	1.576	1.960
Impostos estaduais e municipais	4.222	2.059
Circulante	47.468	51.003

21 Obrigações trabalhistas e previdenciárias

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Ordenados e salários a pagar	169	259
Encargos sociais e previdenciários	4.545	5.415
Outras obrigações trabalhistas e previdenciárias	56	1.408
Provisão de pessoal	112.342	65.139
Obrigações sociais sobre provisão	34.774	25.146
Total	151.886	97.367

22 Benefícios a empregados

	30/06/2026	31/12/2025
Participação nos Resultados e Indenizações Vitalícias	367	71.684
Benefícios previdenciários (Nota Explicativa 22.2)	38.699	50.018
Benefícios assistenciais (Nota Explicativa 22.3)	4.308	56
Programa de demissão voluntária (Nota Explicativa 22.4)	62.978	77.656
Circulante	106.352	199.414
Benefícios previdenciários (Nota Explicativa 22.2)	184.959	178.388
Benefícios assistenciais (Nota Explicativa 22.3)	1.129	1.047
Programa de demissão voluntária (Nota Explicativa 22.4)	70.654	90.219
Indenizações Vitalícias	2.635	2.603
Não circulante	259.377	272.257
Total	365.729	471.671

22.1 Programa de Participação nos Resultados (PPR)

De acordo com o estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho vigente, o valor do Programa de Participação nos Resultados é estipulado considerando a distribuição de 30% (trinta por cento) de uma parcela do “Resultado Operacional PPR”, que venha a ser obtido pela CAESB no ano de vigência do Programa, limitado a 1,5 (uma folha e meia) de remuneração mensal, desde que o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE apresente resultado positivo e haja disponibilidade orçamentária e financeira, mediante o estabelecimento de metas (globais e setoriais).

Conforme previsto no ACT vigente, o valor da PPR é distribuído de forma linear para todos os beneficiários, em parcela única, no mês de abril do exercício seguinte ao de referência do programa.

22.2 Benefícios previdenciários

A Fundiágua - Fundação de Previdência da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, instituída e patrocinada pela CAESB e pela própria Fundiágua, classificada como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por objetivo principal criar, executar e operar planos de benefícios previdenciários e assistenciais.

A Fundiágua é responsável pela administração de três Planos Previdenciários: a) Plano I – Benefício Definido que está fechado para novas adesões, e está em extinção; b) Plano II – Benefício Saldado, criado apenas para administrar os benefícios dos empregados provenientes de saldamentos; e c) Plano III – Benefício Misto, atualmente esse é o único plano aberto a novas adesões.

22.2.1 Avaliação atuarial

Ao final de cada trimestre a Companhia reavalia os valores relacionados aos Planos de Benefícios aos empregados: previdenciários e assistenciais; de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com o laudo preparado por um atuário independente na data-base de 30 de junho de 2026.

A Companhia possui uma dívida contratada previamente com a Fundiágua, por meio do contrato nº 6.937/06, que se refere ao déficit atuarial da Avaliação de 31 de dezembro de 2004 dos planos I e II. O montante inicial apurado foi de R\$ 121.252 a ser amortizado pelo Sistema Price, em 360 prestações mensais e sucessivas. Sobre o saldo devedor há incidência de juros reais equivalentes a 6% (seis por cento) a.a., reajustados mensalmente pela variação do INPC/IBGE do mês anterior ao vencimento da prestação.

22.3 Benefícios assistenciais

22.3.1 Fundação de Previdência - Fundiágua

Na área assistencial, a Fundiágua é responsável pela gestão dos planos odontológicos, do programa saúde e do programa farmácia, todos de adesão facultativa.

Com relação ao Plano de Saúde, a Fundiágua oferece alguns tipos de Planos Médico/Hospitalar, de forma contributiva com participação do participante e da Companhia, o participante tem a opção de escolher um Plano Quarto Individual com acomodação em quarto privativo ou Enfermaria em Quarto Coletivo. Destacamos que os planos possuem Redes Credenciadas diferentes, mas possuem as mesmas Coberturas.

Além do valor mensal, definido pela aplicação da tabela de manutenção mensal, conforme faixa etária do titular e seus dependentes, serão cobradas, quando da utilização do plano, 20% de coparticipação (fator moderador) para os eventos de consultas e exames de baixa complexidade. Quanto aos exames de alta complexidade e internação (superior a 12 horas), estes são isentos de qualquer cobrança de utilização.

22.3.2 Clube Social CAESB - CAESO

Na área assistencial, o CAESO é responsável pela gestão do Seguro de Vida, de adesão facultativa.

Quanto ao seguro de vida em grupo, a CAESB mantém apólices de seguro de vida em grupo para empregados em atividade e estende a possibilidade de adesão aos aposentados. Mesmo arcando com a totalidade dos prêmios, há a identificação de passivo pós-emprego, uma vez que o prêmio é coletivo, equalizando para ambas as massas populacionais, ativos e aposentados. Como o prêmio calculado separadamente para a massa de inativos é maior que o da massa ativa, ocorre a transferência indireta de prêmios pagos, gerando um subsídio da Companhia.

22.4 Programa de Demissão Voluntária

A Companhia estabeleceu um novo Plano de Desligamento Voluntário (PDV) em setembro de 2024. Os empregados interessados que atendiam às exigências do programa efetuaram suas inscrições e somente aderiram ao Programa quando foram convidados a assinar o Termo de Adesão ainda no exercício de 2024. No total, 100 pessoas foram habilitadas a se desligarem, conforme cronograma estabelecido pela Companhia, e todos efetivaram sua saída entre o exercício de 2024 e o período de janeiro a março de 2025.

Os incentivos do programa compreendem as verbas rescisórias, prêmio de 25% aplicado sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios, assistência à saúde do empregado e de seu cônjuge e prêmio financeiro temporário que serão pagos durante 60 meses; anualmente, na data-base de maio, o PFT sofre atualização com base no INPC acumulado dos últimos 12 meses. A Companhia realiza o registro mensal, a título de provisionamento da atualização pela variação do INPC acumulado do período. Conforme previsto no regulamento do programa, não é permitida a adoção de eventuais índices negativos.

Os valores de PDV classificados no passivo circulante e não circulante estão abaixo demonstrados. Nos montantes registrados estão os valores provisionados referentes ao programa de 2024 e os saldos remanescentes referentes ao programa de 2021:

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante	62.978	77.656
Não circulante	70.654	90.219
Total do Programa de Demissão Voluntária	133.632	167.875

23 Provisões, passivos contingentes e depósitos judiciais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais decorrentes do curso normal dos seus negócios, incluindo processos de natureza cível, trabalhista e tributária. As provisões são registradas pela Companhia com base nos riscos e nos valores mensurados pela Diretoria Jurídica. A classificação de risco utilizada pela Diretoria Jurídica é baseada na jurisprudência dominante, que vem se formando em relação às ações sofridas pela Companhia ao longo do tempo. Além da matéria estar disciplinada em norma interna da Companhia, todos os controles são revisados pela Diretoria Jurídica, e, quando necessário, aprimorados.

Essas provisões estão assim constituídas:

Natureza	30/06/2026			31/12/2025		
	Provisão	Depósito judicial	Provisões líquidas de depósitos judiciais	Provisão	Depósito judicial	Provisões líquidas de depósitos judiciais
Cível	184.872	(1.467)	183.405	194.258	(1.632)	192.626
Trabalhista	89.587	(6.933)	82.654	84.375	(7.803)	76.572
Total	274.459	(8.400)	266.059	278.633	(9.435)	269.198

A movimentação das provisões no primeiro semestre de 2026 foi a seguinte:

	Cível	Trabalhista	Total
Saldo no início do exercício de 2025	194.258	84.375	278.633
Constituição de provisão	20.702	9.565	30.267
Reversão de provisão	(4.822)	(62)	(4.884)
Baixa por realização	(25.266)	(4.291)	(29.557)
Saldo no final do período	184.872	89.587	274.459

23.1 Natureza cível

A Companhia é parte em 689 processos (658 em 31 de dezembro de 2025) cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos. Os objetos das causas mais relevantes distribuem-se conforme as matérias a seguir:

Matéria	30/06/2026		31/12/2025	
	Número de processos	Valor	Número de processos	Valor
Patrimônio/Desapropriações	11	110.762	9	106.657
Divergências com fornecedores e prestadores de serviços	26	46.309	32	52.973
Cobrança indevida de contas	435	19.441	408	27.389
Indenização	195	6.627	187	5.567
Outros	22	1.733	22	1.672
Total	689	184.872	658	194.258

23.2 Natureza trabalhista

A Companhia figura como ré em 539 processos classificados como perdas prováveis (523 em 31 de dezembro de 2025). Os objetos das causas mais relevantes distribuem-se conforme as matérias a seguir:

Matéria	30/06/2026		31/12/2025	
	Número de processos	Valor	Número de processos	Valor
Desvio de função	53	21.249	55	21.177
Subsidiariedade	157	19.193	150	17.668
Periculosidade	58	15.355	62	17.033
Progressão/Complemento Salarial	36	11.162	35	11.021
Danos Morais/Materiais	10	6.176	8	4.135
Rescisão contratual	9	3.764	8	1.492
Hora Extra	28	3.129	23	2.493
Descontos	94	3.040	101	3.500
Gratificação de Titulação	22	1.462	22	1.448
Adicional	11	1.238	7	1.064
Outros	61	3.819	52	3.344
Total	539	89.587	523	84.375

23.3 Passivos contingentes

A Companhia é ré em 661 processos de natureza cível (572 em 31 de dezembro de 2025) e 33 processos de natureza trabalhista (42 em 31 de dezembro de 2025), considerados pela Diretoria Jurídica como sendo de perda possível, por consequência não foram registrados contabilmente. Os processos de natureza passiva, classificados como de perda possível, representam o montante de R\$ 126.922, em 30 de junho de 2026 (R\$ 122.869 em 31 de dezembro de 2025). Os objetos das causas mais relevantes distribuem-se conforme as matérias a seguir:

Matéria	Nº de processos	Valor
Passivos contingenciais cíveis		
Fornecedores e prestadores de serviços	18	80.454
Cobrança indevida de contas	470	19.385
Indenização	135	13.488
FGTS	1	5.737
Desapropriação	18	920
Concurso Público	7	20
Outros	12	210
Saldo no final do exercício	661	120.214
Passivos contingenciais trabalhistas		
Descontos	8	2288
Desvio de função	6	1885
Subsidiariedade	6	1104
Periculosidade	3	729
Reversão	1	300
Gratificação de Titulação	4	159
Acidente de Trabalho	1	100
Hora Extra	1	92
Sobreaviso	1	45
Outros	2	5
Saldo no final do exercício	33	6.707
Passivos contingenciais totais	694	126.921

24 Patrimônio líquido

24.1 Capital Social

A composição acionária da Companhia é a seguinte:

Composição	30/06/2026		
	Número de ações	R\$ 1,00	%
Governo do Distrito Federal (GDF)	978.660.023	1.957.320.046	89,93
Cia. Imobiliária de Brasília - TERRACAP	109.111.462	218.222.924	10,03
Cia. Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP	426.939	853.878	0,04
Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB)	45	90	0,00
	1.088.198.469	2.176.396.938	100,00

Composição	31/12/2025		
	Número de ações	R\$ 1,00	%
Governo do Distrito Federal (GDF)	978.660.023	1.957.320.046	89,93
Cia. Imobiliária de Brasília - TERRACAP	109.111.462	218.222.924	10,03
Cia. Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP	426.939	853.878	0,04
Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB)	45	90	0,00
	1.088.198.469	2.176.396.938	100,00

O capital social, autorizado e realizado, é representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. No exercício de 2025 foi autorizado pela Assembleia Geral o aumento de capital no valor de R\$ 102.328, passando o valor do mesmo para R\$ 2.176.397.

24.2 Reserva Legal

A constituição da reserva legal está amparada pelo art. 193 da Lei nº 6.404/76, que corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. Seu objetivo é assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. No primeiro semestre de 2026 não houve valores registrados. O montante acumulado totaliza R\$ 71.663.

24.3 Reserva de Lucros Para Futuro Aumento de Capital

A Reserva para Futuro Aumento de Capital corresponde ao lucro remanescente, após a constituição da reserva legal e da distribuição dos Juros sobre Capital Próprio e Dividendos. Após autorização da Assembleia dos Acionistas os valores são incorporados ao capital social da Companhia, proporcionalmente à participação dos acionistas. Em 30 de junho de 2026 o saldo registrado é de R\$ 321.509, pendente de autorização para aumento de capital, referente aos exercícios de 2024 e 2025.

24.4 Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1) – Benefícios à Empregados, os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial, referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia, decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais apurados, são registrados diretamente no Patrimônio Líquido, conforme nota explicativa nº 22.2.

24.5 Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital

Os valores de adiantamento para futuro aumento de capital são oriundos de repasses de recursos realizados pelos acionistas. Os adiantamentos estão classificados no patrimônio, por terem caráter irreversível. No primeiro semestre do exercício de 2026 não houve integralizações nem novos aportes, logo o saldo registrado em 30 de junho de 2026 é de R\$ 63.360 (R\$ 63.360 em 31 de dezembro de 2025).

24.6 Remuneração dos Acionistas

Conforme art. 17 do Estatuto Social Consolidado e item “4” da Política de Distribuição de Dividendos, cabe à Assembleia Geral deliberar acerca da distribuição de dividendos, estando garantido o mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária.

25 Receitas Operacionais

	2º TRI 2026	2º TRI 2025 Ajustado	1º SEM 2026	1º SEM 2025 Ajustado
Serviço de Abastecimento de água				
Receitas faturadas	360.808	334.742	698.059	660.312
Receitas de Serviços não faturadas	1.394	9.992	(6.931)	2.880
Receitas de contingência (a)	(13)	2	(14)	(38)
Consórcio Águas Lindas)	10.004	8.890	18.752	17.254
Total Sistema de Abastecimento de Água	372.193	353.626	709.866	680.408
Serviços de Esgotamento sanitário				
Receitas faturadas	314.036	288.845	607.968	569.125
Receitas de serviços não faturadas	2.738	9.883	(5.847)	3.321
Consórcio Águas Lindas	6.257	5.540	11.966	10.789
Total Sistema de Esgotamento Sanitário	323.031	304.268	614.087	583.235
Outras receitas sobre faturamento				
Variações monetárias s/ faturamento	4.594	3.617	9.448	6.012
Receita de Juros s/ faturamento	12.307	9.730	27.225	18.848
Multas s/ faturamento	5.105	4.401	10.469	9.095
Total outras receitas s/ faturamento	22.006	17.748	47.142	33.955
Receita operacional bruta	717.230	675.642	1.371.095	1.297.598
COFINS	(21.289)	(16.603)	(40.645)	(35.037)
PASEP	(4.613)	(7.831)	(8.806)	(11.825)
Descontos Incondicionais	(4)	(23)	(5)	(201)
Concessão dos Serviços (b)	(28.503)	(26.339)	(55.846)	(52.409)
Deduções sobre as Receitas	(54.409)	(50.796)	(105.302)	(99.472)
Receita operacional líquida	662.821	624.846	1.265.793	1.198.126

a. Receitas de Contingência

O mecanismo tarifário de contingência é a aplicação de um percentual adicional sobre a fatura correspondente ao serviço de abastecimento de água de cada unidade, de acordo com os percentuais dispostos no Anexo I da Resolução nº 17/2016 da ADASA, conforme a categoria da unidade usuária e considerando as tarifas vigentes, sendo mantido no resultado apenas o valor vinculado às despesas aprovadas em resolução específica. Atualmente não existe mais a cobrança, contudo os valores apresentados são oriundos de refaturamento/cancelamento de contas antigas.

b. Multas faturamento

A variação da receita de multa decorre do aumento de valores registrados a título de multas geradas no faturamento, como acréscimos por impontualidade.

c. Regulação dos Serviços

O custo com regulação refere-se à remuneração paga à ADASA por meio de duas taxas de fiscalização: Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (TFS) e Taxa de Fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos (TFU).

26 Custos dos Serviços Prestados

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

	2º TRI 2026	2º TRI 2025	1º SEM 2026	1º SEM 2025
Custos do serviço de abastecimento de água	(211.758)	(186.255)	(411.022)	(350.675)
Custos do serviço de esgotamento sanitário	(160.285)	(139.042)	(306.135)	(255.031)
Total	(372.043)	(325.297)	(717.157)	(605.706)

26.1 Custos do serviço de abastecimento de água

	2º TRI 2026	2º TRI 2025	1º SEM 2026	1º SEM 2025
Custos com pessoal	(91.396)	(89.844)	(174.993)	(170.361)
Custos com material	(14.966)	(10.960)	(30.142)	(21.274)
Custos com serviços de terceiros (a)	(88.298)	(70.970)	(173.465)	(130.431)
Outros custos gerais	(1.933)	(778)	(3.475)	(1.501)
Depreciação e amortização	(17.124)	(15.493)	(32.569)	(30.609)
Despesas Capitalizáveis	1.959	1.790	3.622	3.501
Total	(211.758)	(186.255)	(411.022)	(350.675)

a) A variação decorre do aumento dos custos com serviços de operação e manutenção de redes da Companhia;

26.2 Custos do serviço de esgotamento sanitário

	2º TRI 2026	2º TRI 2025	1º SEM 2026	1º SEM 2025
Custos com pessoal	(71.889)	(61.959)	(137.247)	(116.890)
Custos com material	(18.084)	(16.807)	(36.185)	(27.476)
Custos com serviços de terceiros (a)	(60.008)	(49.558)	(113.353)	(88.953)
Outros custos gerais	(847)	(468)	(1.310)	(1.009)
Depreciação e amortização	(11.010)	(11.658)	(20.945)	(23.386)
Despesas Capitalizáveis	1.553	1.408	2.905	2.683
Total	(160.285)	(139.042)	(306.135)	(255.031)

a) A variação decorre do aumento dos custos com serviços de operação e manutenção de redes da Companhia;

27 Despesas comerciais

	2º TRI 2026	2º TRI 2025	1º SEM 2026	1º SEM 2025
Despesas de pessoal	(33.763)	(30.394)	(63.572)	(57.558)
Despesas com material	(369)	(256)	(662)	(502)
Serviços de terceiros	(14.301)	(6.085)	(27.383)	(11.729)
Despesas gerais	(120)	148	(139)	(1.741)
Depreciação	(958)	(938)	(1.645)	(1.796)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (a)	(17.724)	(30.776)	(29.017)	(78.006)
Total	(67.235)	(68.301)	(122.418)	(151.332)

a) A Companhia intensificou ações de recuperação de créditos vencidos, o que resultou em maior adesão a parcelamentos, contribuindo para a elevação do saldo a receber, e consequentemente diminuição das provisões constituídas.

28 Despesas administrativas e gerais

	2º TRI 2026	2º TRI 2025	1º SEM 2026	1º SEM 2025
Despesas de pessoal	(69.940)	(61.134)	(132.464)	(114.444)
Despesas com material	(1.648)	(1.218)	(2.607)	(1.950)
Serviços de terceiros	(16.395)	(19.239)	(34.704)	(33.976)
Despesas gerais	(721)	(2.111)	(1.229)	(2.610)
Depreciação	(8.136)	(4.285)	(15.280)	(7.012)
Despesas com demandas judiciais	(6.499)	(4.641)	(11.353)	(6.514)
Total	(103.339)	(92.628)	(197.637)	(166.506)

29 Despesas tributárias

	2º TRI 2026	2º TRI 2025	1º SEM 2026	1º SEM 2025
Impostos	(78)	6	(78)	6
Taxas e tarifas	(4.456)	3.476	(6.033)	3.479
Total	(4.534)	3.482	(6.111)	3.485

30 Outras Receitas/Despesas operacionais

	2º TRI 2026	2º TRI 2025 (Ajustado)	1º SEM 2026	1º SEM 2025 (Ajustado)
Provisões judiciais (a)	2.038	(4.444)	4.174	(8.276)
Provisão para programa de demissão voluntária (PDV) (b)	3.500	5.302	1.158	93.672
Provisão para benefícios previdenciários e assistenciais	(276)	7	(242)	10
Outras provisões	(1.098)	1.207	(3.505)	(1.258)
Vendas de bens do ativo imobilizado	2.196	431	2.197	431
Custo na baixa ou alienação de bens	(15)	(1.707)	(8)	(1.708)
Receitas de multa (c)	47	308	20.054	409
Receitas de aluguel	36	90	81	130
Outras receitas diversas	38	413	2.698	2.010
Despesas com inativos (b)	(5.113)	(6.593)	(5.158)	(101.300)
Despesas com funcionários cedidos ou à disposição	(1.560)	(2.909)	(2.892)	(4.123)
Perdas de faturamento	(306)	(142)	(843)	(407)
Outras despesas diversas	(1.048)	(1.674)	(2.394)	(3.876)
Total	(1.561)	(9.711)	15.320	(24.286)

- a) O Estorno de provisões judiciais decorreu de baixas por realização, conforme nota explicativa 23.
b) A variação decorre do provisionamento referente ao último PDV feito em 2024 e lançado em 2025 como despesa efetiva (ver nota explicativa 22.4);
c) A receita de multa decorre principalmente do acordo celebrado com a empresa KROMA Comercializadora de Energia Ltda, referente a multa de rescisão contratual.

31 Resultado Financeiro

	2º TRI 2026	2º TRI 2025	1º SEM 2026	1º SEM 2025
Rendimento de aplicações financeiras	14.483	22.356	30.029	35.587
Receita de variação monetária e cambial (a)	5.249	37.106	38.271	96.478
Receita de juros de faturamento	-	-	-	-
Ajuste a valor presente	2.822	1.625	8.970	2.851
Outras receitas financeiras	85.188	937	89.570	1.770
Receitas financeiras	107.742	62.024	166.840	136.686
Juros sobre financiamentos	(9.417)	(10.648)	(23.597)	(23.371)
Juros e variação monetária sobre dívida atuarial	(7.245)	(6.137)	(13.706)	(14.043)
Juros e variação monetária sobre parcelamento com fornecedores	(1.577)	(3.464)	(8.350)	(5.945)
Variação monetária e cambial sobre financiamentos (a)	(3)	(249)	(3)	(450)
Instrumentos financeiros derivativos (b)	(106.388)	(50.208)	(158.118)	(64.065)
Outras despesas financeiras	(4.638)	(4.921)	(9.746)	(7.721)
Totais das Despesas financeiras	(129.268)	(75.627)	(213.520)	(115.595)
Resultado financeiro líquido	(21.526)	(13.603)	(46.680)	21.091

- (a) A Variação decorrente da alta volatilidade cambial, que no primeiro semestre de 2026 sofreu uma redução significativa em relação ao exercício de 2025;
- (b) Operação de swap cambial (derivativo) efetuada pela Companhia, referente ao Contrato de Empréstimo nº 3168 OC/BR do BID. (Ver nota explicativa 5.2)

32 Transações com partes relacionadas

A Companhia participa de transações com seus acionistas: Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB), Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP), Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) e Governo do Distrito Federal (GDF- controlador), bem como com empresas/entidades relacionadas ao controlador. Essas transações não diferem das transações realizadas com terceiros nem possuem favorecimento. Descrevemos as operações relevantes ocorridas entre partes relacionadas, que não se restringem aos valores descritos no balanço patrimonial:

Saldos patrimoniais	Referência	30/06/2026	31/12/2025
Aplicação Financeira de Liquidez Imediata	(a)	17.675	223.929
Contas a receber - Bruto de clientes (Nota Explicativa 9)	(b)	34.525	21.116
Clientes – Consórcio Águas Lindas	(e)	14.423	14.029
Valores a receber de pessoal cedido (Nota Explicativa 13)	(c)	257	298
Ativo circulante		66.880	259.372
Investimentos - Corumbá e Metrô (Nota Explicativa 18)	(d)	23.147	19.783
Consórcios Corumbá e Águas Lindas	(i)	28.833	41.484
Ativo não circulante		51.980	61.267
Saldos patrimoniais	Referência	30/06/2026	31/12/2025
Consórcios Corumbá e Águas Lindas	(i)	19.333	30.273
Benefício a empregados	(f)	43.763	50.074
ADASA	(j)	10.726	9.894
BRB – Contas a pagar e Consignações	(k)	3.288	1.567
Valores a pagar de pessoal cedido - Ressarcimento	(l)	61	43
Valores a pagar - Metrô	(m)	19	18
Empréstimos e financiamentos	(n)	10.507	-
Honorários conselheiros	(o)	126	-
Passivo circulante		85.794	91.869
Seguro de Vida - CAESO	(g)	1.129	1.047
Consórcios Corumbá e Águas Lindas	(i)	5.917	5.036
Benefício a empregados	(f)	184.960	178.388
Passivo não circulante		192.006	184.471
Adiantamento para aumento de capital (Nota Explicativa 27.5)	(h)	63.360	63.360
Patrimônio líquido		63.360	63.360

**Companhia de Saneamento Ambiental
do Distrito Federal - CAESB**
*Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de junho de 2026*

Resultado	Referência	2º TRI 2026	2º TRI 2025	1º SEM 2026	1º SEM 2025
Despesa de programa de saúde	(f)	(15.031)	(12.954)	(29.948)	(25.938)
Contribuições ao plano de previdência	(f)	(6.349)	(6.185)	(12.418)	(12.047)
Resultado e equivalência de coligadas e controladas (Nota Explicativa 18)	(d)	2.035	2.223	4.258	3.451
Juros e variação monetária sobre dívida atuarial (Nota Explicativa 25.2)	(f)	(4.105)	(3.485)	(6.999)	(7.811)
Total		(23.450)	(20.401)	(45.107)	(42.345)

- (a) São valores aplicados no BRB – Banco de Brasília S/A, à disposição da Companhia, com possibilidade de resgate automático. Possuem rentabilidade média de 100,2% do CDI.
- (b) São os faturamentos, relativos a órgãos do GDF, emitidos até junho de 2026 e que não foram recebidos até a referida data-base. A redução registrada foi em virtude do encontro de contas realizado entre a Companhia e o Governo do Distrito Federal – GDF.
- (c) As despesas com funcionários à disposição correspondem à despesa com colaboradores cedidos a outras instituições. Em relação aos valores a receber de pessoal cedido, estes são relativos ao não recebimento atinente à cessão de empregados, cujo ônus da remuneração ficou a cargo dos órgãos cessionários.
- (d) Os montantes referem-se aos investimentos em coligadas que impactam o resultado através do reconhecimento pelo método de equivalência patrimonial.
- (e) São os faturamentos do Consórcio Águas Lindas, emitidos até junho de 2026, e que não foram recebidos até a referida data-base.
- (f) A Companhia patrocina planos de benefícios a empregados, operados e administrados pela Fundiágua. Sendo assim, as operações realizadas para manutenção desses planos, previdenciários e assistenciais, são consideradas transações entre partes relacionadas.
- (g) Refere-se ao benefício do seguro de vida, administrado pelo Clube CAESO.
- (h) Os valores para futuro aumento de capital foram decorrentes de aportes realizados pelo GDF, principalmente em obras de saneamento básico.
- (i) O valor registrado refere-se aos saldos a receber/a pagar da consorciada Saneago referentes ao desequilíbrio nos aportes dos Consórcios Corumbá e Águas Lindas. No Consórcio Corumbá, persistindo o desequilíbrio no fechamento do semestre é feita compensação financeira entre as partes. No tocante ao Consórcio Águas Lindas, o desequilíbrio vem sendo ajustado mensalmente, mediante repasses de recursos na proporção dos aportes realizados.
- (j) Refere-se a valores a pagar para a ADASA referente à taxa de fiscalização dos usos dos recursos hídricos (TFU), taxa de fiscalização sobre os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário (TFS) e da taxa de uso dos recursos hídricos da bacia dos afluentes do Rio Paranaíba.
- (k) Os valores são referentes ao saldo à pagar de tarifas bancárias de arrecadação e valores pendentes de repasse referentes às consignações de empréstimos contraídos pelos empregados;
- (l) Refere-se a valores pendentes de repasse de ressarcimento de pessoal cedido para Secretaria de Economia do DF e do Tribunal de Contas do Distrito Federal;
- (m) Valores referentes à taxas de cessão de uso de imóveis utilizados pela Companhia para suas atividades;
- (n) Os empréstimos e financiamentos relacionados são os montantes devidos e vencidos à Secretaria de Obras, vinculado ao GDF.
- (o) Valores à pagar referente aos Conselhos Fiscal (CF), Conselho de Administração (CA) e Comitê de Auditoria (COAUD);

33 Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os gastos relacionados à remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos diretores, para os períodos de janeiro a junho de 2026 e 2025, foram de:

	30/06/2026	30/06/2025
Remuneração da Diretoria	(2.866)	(2.080)
Remuneração do Conselho	(1.209)	(905)
Remuneração total	(4.075)	(2.985)

34 Seguros

A Companhia possui contrato de seguro com a AXA Seguros S.A. para cobertura de seus principais ativos situados em áreas administrativas: Edifício Sede, Escritórios de atendimento e laboratório, localizados em 15 endereços distintos, cujo prêmio desembolsado corresponde ao montante de R\$ 104.860,00 (cento e quatro mil, oitocentos e sessenta reais), com vigência de 365 dias a contar de 10/12/2025, para cobertura básica, incêndio, queda de raio e explosão e outras coberturas acessórias tais como impacto de veículos, queda de aeronaves, vendaval, granizo, fumaça, roubo e furto, dentre outros, no montante segurado de R\$ 154.308.

A Companhia também firmou contrato com a KOVR Seguradora S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para Administradores – D&O (Directors & Officers Liability Insurance), com abrangência Nacional e Internacional, tendo como limite máximo de garantia R\$ 18 milhões de reais, com vigência do contrato por 365 dias e com encerramento em fevereiro de 2027.

35 Negócios em conjunto

35.1 Consórcio Águas Lindas

A CAESB e a Companhia de Saneamento de Goiás - Saneago constituíram, em conjunto, em 7 de abril de 2003, o Consórcio de Águas Lindas, inscrito no CNPJ 05.966.179/0001-50, com sede na Quadra 45, Conjunto B, Lotes 36 a 38, Salas 01 a 04, município de Águas Lindas de Goiás. O prazo de duração do Consórcio é de 31 (trinta e um) anos, renovável por igual período e está vinculado ao contrato de concessão existente entre o município e as Companhias consorciadas.

O consórcio tem por objeto e finalidade específicos traçar as diretrizes principais para a efetivação dos estudos, das análises e das providências para a exploração econômica, mediante implementação de infraestrutura de saneamento, em todas as suas fases e todos os seus processos, incluindo implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, no Município de Águas Lindas de Goiás/GO.

O Contrato de Constituição do Consórcio estabelece a proporção de 50% (cinquenta por cento) de participação para cada consorciada e designa a Saneago como líder, por ser a empresa mais antiga e pela localização territorial no Município de Águas Lindas de Goiás, logo, os ativos vinculados ao Consórcio são amortizados com as mesmas taxas utilizadas na Saneago.

O controle financeiro do Consórcio (contas bancárias e contas a receber) é realizado pela Diretoria de Gestão Corporativa da consorciada Saneago, sendo a Gestão do Consórcio compartilhada pelas consorciadas através de um conselho deliberativo paritário. As despesas e os investimentos são

realizados pelas consorciadas e apresentados em encontros de contas mensais, nos quais uma consorciada aprova o encontro de contas apresentado pela outra.

O Consórcio obedece ao estabelecido pela Lei nº 6.404/76 e, conforme enunciado, no parágrafo 1º do art. 278, as partes obrigam-se apenas às condições previstas no contrato, respondendo cada uma por suas obrigações.

Em 30 de junho de 2026, foi efetivado o processo de conciliação das contas da CAESB com o Consórcio Águas Lindas, e os valores referentes aos ativos, passivos e contas de resultado foram registrados a partir da consolidação proporcional. Após a consolidação, a Companhia ficou com uma obrigação com a Saneago de R\$ 5.917.

Consolidação do exercício:

	30/06/2026	31/12/2025
Ativo circulante	16.410	15.743
Ativo não circulante	155.936	169.617
Passivo circulante	10.005	23.194
Passivo não circulante	9.989	13.010
Patrimônio líquido	140.545	126.480
Receita (a)	32.098	60.176
Despesa (a)	(20.291)	(37.500)

- (a) Os valores dos grupo de resultado (receita e despesa) apresentam uma variação elevada em virtude do período de comparação. O exercício de 2025 apresente valores acumulados de janeiro a dezembro, enquanto em 2026 apresenta valores do trimestre.

35.2 Consórcio Corumbá

A CAESB e a Companhia de Saneamento de Goiás - Saneago constituíram em 17 de setembro de 2009 o Consórcio Corumbá, inscrito no CNPJ 18.801.675/0001-03, com sede na Rua Recife, Quadra 184 Lote Área Especial, Parque Marajó, município de Valparaíso de Goiás. O prazo de duração do Consórcio é de 30 (trinta) anos, renováveis por igual período.

O Consórcio Corumbá tem por objeto exclusivo a implantação, operação e manutenção conjunta do empreendimento denominado Sistema Produtor de Água Corumbá, localizado nos municípios de Luziânia e de Valparaíso de Goiás. Em razão de sua natureza contratual e objetivos específicos de sua constituição, o Consórcio não poderá, diretamente, fornecer água tratada ou prestar quaisquer outros serviços em seu campo de atuação para terceiros, e todas as suas operações ficarão vinculadas às partes consorciadas.

Conforme cláusula do contrato de constituição, a totalidade da produção do negócio será destinada ao fornecimento às partes. Isto indica que as partes têm direitos sobre substancialmente a totalidade dos benefícios econômicos dos ativos do negócio.

Em 30 de junho de 2026, foi efetivado novo processo de conciliação das contas da CAESB com o Consórcio Corumbá, e os valores foram ajustados a partir da consolidação proporcional. Após a consolidação, a Companhia ficou com uma obrigação à pagar para a Saneago de R\$ 8.697.

Os valores registrados, referentes às informações do Consórcio Corumbá, estão a seguir demonstrados:

Consolidação do exercício:

	30/06/2026	31/12/2025
Ativo Circulante	46	112
Ativo não Circulante	194.903	198.293
Passivo Circulante	1.829	1.780
Patrimônio Líquido	207.494	222.223
Receita	-	-
Despesa	(14.374)	(25.598)

36 Eventos subsequentes

36.1 Dividendos intermediários

No dia 24 de julho de 2026, o Conselho de Administração da Companhia, acatando a proposição da Diretoria Colegiada, deliberou pelo pagamento aos acionistas, no valor de R\$ 111.192.696,48, à título de dividendos intermediários, provenientes das reservas de lucros acumulados dos exercícios de 2024 e 2025.

* * *

Luís Antônio Almeida Reis
Presidente
CPF: 154.287.101-87

Agenor Valladão Neto
Diretor Financeiro, Comercial e de Relações com Investidores
CPF: 739.329.817-15

Sérgio Antunes Lemos
Diretor de Engenharia
CPF: 365.608.126-34

Walter Lúcio dos Santos Barros
Diretor de Operação e Manutenção
CPF: 597.640.907-53

André Kluppel Carrara
Diretor de Suporte ao Negócio
CPF: 418.080.101-91

Luiz Eduardo Sá Roriz
Diretor de Regulação e Meio Ambiente
CPF: 244.824.711-00

Mauro Sérgio Barbosa
Diretor Jurídico
CPF: 149.769.941-04

José Carlos Gonzaga
Superintendente de contabilidade
Contador CRC/DF 14.593 CPF: 386.015.911-91